

Editorial	2
Artigo de personalidade convidada	5
CICDR - Entrevista	10
Vozes Ciganas sobre racismo e discriminação	15
Entrevista a Vanessa Lopes	16
Entrevista a Cláudio Garcia	21
Entrevista a Guiomar Sousa	25
Divulgação	30
I) Destaque	30
II) Associativismo	32
III) Projetos	37
IV) Eventos e relatórios nacionais e internacionais	45

Contactos:

Observatório das Comunidades Ciganas
Alto Comissariado para as Migrações, I.P.
Rua Angelina Vidal, n.º 41, Piso 1
1199-005 Lisboa
Tel. (+351) 218106145
Fax (351) 218106117
E-mail: obcig@acm.gov.pt
Site: www.obcig.acm.gov.pt



As pandemias do nosso quotidiano: racismo e discriminação

2

Há cerca de dois anos atrás, num Editorial¹ da Newsletter do ObCig, escrevíamos que categorizar a realidade faz parte do ser humano, mas que “categorizar para ordenar o mundo social não é idêntico a categorizar para inferiorizar ou subordinar. Enquanto a primeira serve para operacionalizar o quotidiano, tornando-o perceptível e credível, a segunda serve para hierarquizar os seres humanos, mantendo-os em patamares de desigualdade social estrutural.” E aqueles que mantêm os outros em situação de desigualdade social estrutural são quem tem poder para o fazer, quer seja a nível macro, quer seja a nível micro, em cada sociedade e em cada momento histórico. Por essa razão, o racismo e a discriminação, podendo travestir-se de diferentes roupagens, uma espécie de vírus mutante, nas palavras de Jorge Vala (2021)² mantêm inalteráveis determinadas características que os operacionalizam nas suas diferentes formas: uma perceção de inferiorização e uma prática de desumanização.

Enquanto prática, o racismo existe desde sempre, mas não é uma fatalidade nem é inato. É socialmente construído nos diversos processos e instâncias de socialização, o que significa que faz parte da cultura. Nos idos anos 90 do Século XX, David Theo Goldberg, um dos nomes mais proeminentes na teorização do racismo, num livro chamado “Racist culture” (1993)³ referia precisamente que a cultura racista é fluida e manifesta-se frequentemente de formas ocultas e subtis (p.222), naturalizando o racismo. Mais do que o racismo flagrante, normalmente repudiado

¹ Casa-Nova, Maria José (2018) *Editorial Quotidianos e racismos: as faces de Janus entre passado, presente e futuro*. Newsletter Dezembro de 2018, subordinada ao tema dos Direitos Humanos, pp. 3-5.

² Jorge Vala (2021) *Racismo, Hoje: Portugal em Contexto Europeu*. Fundação Francisco Manuel dos Santos

³ David Theo Goldberg (1993) *Racist culture. Philosophy and the Politics of Meaning*. Blackwell

quando acontece e do qual o autor também fala, é o racismo subtil que acaba por ter efeitos mais duradouros dado ser menos perceptível e com efeitos a longo prazo nos projectos de vida. Sabe-se que este existe, mas negligencia-se os seus efeitos na vida das pessoas racizadas. Negligencia-se também que o sofrimento de quem é vítima é profundamente real e as consequências duradouras. O viver na pobreza ou abaixo do limiar da pobreza, habitar nos chamados bairros étnicos, frequentar o ensino profissional a pretexto da falta de vocação para o prosseguimento de estudos, ter o mercado de trabalho fechado a pretexto de falta de habilitações adequadas ou justificado pela existência de taxas mais ou menos elevadas de desemprego, são formas subtis de racismo que não é percepcionado como tal e os seus efeitos prolongam-se no tempo e nas gerações, perpetuando a discriminação, a segregação, a exclusão. Ou seja, a existência de diversos *apartheids* dentro de uma mesma sociedade, mas que não são perspectivados enquanto tal. Começa frequentemente no estereótipo, uma ideia pré-concebida, sem sustentabilidade empírica, generalizadora de uma imagem social frequentemente negativa acerca de determinados grupos socio-culturais (Casa-Nova, 2003)⁴. O estereótipo, sendo uma ideia, materializa-se na discriminação (distinguir negativamente a partir de um juízo de valor sobre múltiplas pertenças - género, classe, orientação sexual, cultura, fenótipo, etc.), com discriminações múltiplas e em cascata. Enquanto o estereótipo é uma ideia, a discriminação é uma prática que encontra a sua expressão máxima no racismo, seja na sua lógica desigualitária, baseada no fenótipo, seja na sua lógica diferencialista, baseada na cultura considerada inferior (Wieviorka, 1995)⁵. Segundo o autor, são as duas lógicas juntas que operacionalizam o racismo na sua forma mais completa.

Como dissemos há quase duas décadas (Casa-Nova, 2004)⁶, consideramos que a lógica desigualitária está presente na sociedade portuguesa preponderantemente na forma como são tratadas as pessoas negras e a lógica diferencialista, preponderantemente na forma como são tratadas as pessoas ciganas. E são estas últimas que, na sociedade portuguesa, aparecem como mais vítimas de racismo, sendo segregadas dos espaços de sociabilidade, de habitação, do trabalho assalariado. São os estranhos próximos que a sociedade quer ver socialmente distantes (Casa-Nova, 2009).⁷

Os dados dos anos mais recentes da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Social (CICDR), mostram que as queixas a este organismo relacionadas com o racismo e a discriminação por parte das pessoas ciganas têm vindo a aumentar em termos absolutos, como se pode ler na entrevista à CICDR nesta Newsletter. Para o ano de 2020, os média, fundamentalmente ao nível da internet, aparecem como o meio privilegiado de expressão do racismo, situando-se, portanto, no espaço virtual e frequentemente no anonimato. Os distritos de Lisboa (com 59

⁴ Maria José Casa-Nova (2004) *Comunidades ciganas: um diálogo a várias vozes*. Boletim do ACIME, nº 3.

⁵ Michel Wieviorka (1995) *Racismo e Modernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora

⁶ Maria José Casa-Nova (2004) "Gypsy culture, children, schooling and life opportunities", in Silvia Carrasco (Ed.) *Between Diversity and Inequality: children's experiences of life and school in multicultural europe*. Colección Urban Childhood research monographs, nº 1, on line publications: <http://www.ciimu.org>

⁷ Maria José Casa-Nova (2009) *Etnografia a produção de conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com Ciganos Portugueses*. Lisboa: ACIDI

casos reportados, correspondendo a 20,1%), Setúbal (com 27 casos reportados, correspondendo a 9,2%) e Porto (com 15 casos reportados, correspondendo a 5,1%), são aqueles que apresentam um maior número de queixas, com os restantes distritos a apresentar percentagens abaixo dos 5% e com a maior parte dos casos a ocorrerem na área do comércio (com 113 queixas, correspondendo a 38,4% dos casos). O aumento do número de queixas não expressa, no entanto, o racismo existente, pois como referem os entrevistados para esta Newsletter, normalmente não reportam os casos de discriminação de que são vítimas por considerarem que da queixa não vai resultar consequência para o agressor.

A transformação cultural torna-se necessária para a diminuição progressiva do racismo até à erradicação de práticas racistas.

Se como refere Paul Willis (1991)⁸ a cultura resulta de uma prática social, significa que é historicamente transformável, o que significa que o racismo, nas suas diferentes intensidades e tipos, pode ser erradicado das sociedades. É nesta linha que os testemunhos das pessoas ciganas entrevistadas para esta Newsletter devem ser lidos: à luz da transformação social. No papel que o Cláudio atribui à escola: “continuo a dizer que as escolas são o meio mais fundamental para que haja uma sociedade menos racista”; no apelo da Vanessa à não normalização: “não deixem que as coisas sejam normalizadas porque muito do racismo e do preconceito que é vivido no dia-a-dia começa nas coisas básicas e práticas da vida”; na necessidade de desconstrução das expressões racistas perspectivadas como elogios por quem as profere e para a qual a Guiomar chama a atenção: “isto ofende-te, eu dizer-te que não pareces cigana?”

Porque não é a reforma, mas a transformação das sociedades que importa realizar. E isso faz-se através da construção do ser humano na relação entre diferentes. Na acção pela erradicação do que nos desumaniza.

Ainda nas palavras da Guiomar, que fazemos nossas: “é urgente, muito urgente passarmos à acção.”

Maria José Casa-Nova

Coordenadora do Observatório das Comunidades
Ciganas

Pérciles Pina

Coordenador do Secretariado da Comissão para a
Igualdade e Contra a Discriminação Racial

⁸ Paul Willis (1991) *Aprendendo a ser trabalhador*. Porto Alegre: Artes Médicas



Legitimação do racismo e da discriminação racial⁹

Em democracia a legitimidade de uma ação é, numa primeira instância, avaliada à luz da lei. Porém, nos casos de comportamentos que envolvem sofrimento de vítimas, nem sempre a justificação legal é suficiente — porque a aplicação da lei implica julgamentos que podem ser subjetivos e porque nem todos os comportamentos negativos ou disfuncionamentos estruturais na sociedade que provocam sofrimento estão abrangidos pela lei. A legitimação envolve, pois, uma lógica paralela à lei ou para além desta: envolve justificações consideradas socialmente válidas no quadro de valores socialmente consensuais. É esse julgamento que pode tornar justo, e não discriminatório, um dado comportamento. Estes pressupostos baseiam-se na ideia de que a procura de justiça é uma das preocupações fundamentais na organização das sociedades e também dos comportamentos individuais. Assim, um comportamento, uma atitude ou uma estrutura social serão vistos como legítimos se forem considerados como apropriados e justos. Para lá disso, no contexto do nosso problema, importa encontrar justificações que claramente dissociem um dado comportamento do racismo ou do preconceito, pois só assim esse comportamento poderá ser visto como aceitável e justo.

Especificamente nas sociedades democráticas, em que os valores da igualdade são um dos princípios constituintes, a justificação da discriminação, em geral, pode ser situada no contexto das ideologias de legitimação, especialmente em duas delas: a *meritocracia* e a *crença num mundo justo*. À luz da *meritocracia*, um comportamento discriminatório poderá não ser visto como tal, mas como expressão da ausência de mérito ou de merecimento. Por exemplo, uma avaliação escolar efetivamente discriminatória poderá ser justificada com base na falta de mérito ou esforço, e não como sendo motivada por preconceito explícito ou velado. Por sua vez, à luz da crença de que

⁹ Este texto é parte integrante do livro “Racismo, Hoje: Portugal em Contexto Europeu”, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021.

vivemos num *mundo justo*, qualquer desigualdade nas nossas sociedades pode ser justificada com base nessa crença: vivemos num mundo justo e previsível, no qual cada um tem o que merece e o que acontece a cada um é aquilo que «deve» acontecer. Uma desigualdade de base racial pode, assim, não ser vista como resultando de uma injustiça, mas como expressão da ausência de merecimento efetivo dos membros dessa suposta raça.

Estas crenças justificadoras, como a de que o mérito é genericamente reconhecido e que o mundo em que vivemos recompensa sobretudo quem o merece, transformam discriminações reais em atos justos. Dir-se-ia que os grupos desfavorecidos têm o que merecem, ainda que a responsabilidade possa não ser apenas sua. E embora não se pense abertamente assim, procede-se como se assim fosse.

Em contextos de relações sociais racializadas, os processos de legitimação da discriminação podem assumir formas mais específicas. Vamos centrar-nos em duas: a memória coletiva sobre a história da colonização e o sentimento de ameaça à identidade e ao estatuto da maioria.

História e memória coletiva

A reflexão sobre racismo e discriminação é particularmente incómoda nas sociedades europeias com passado colonial, cujas colónias se tornaram independentes depois da II Guerra Mundial. Especificamente no caso português, isto é muito evidente, pois a identidade e o orgulho nacional estão fortemente baseados na história, somos mesmo o país europeu em que isso mais acontece. A história de que se fala é uma representação fortemente ancorada nas descobertas e nos acontecimentos a que hoje se chama colonização, o que tem repercussões na perceção dessa mesma colonização.¹⁰

Os países europeus com passado colonial consideram que a sua colonização foi exemplar e mais benevolente do que a dos outros países. Portugal também cultivava a ideia de exceção do seu processo colonial e fê-lo desde muito cedo. Por exemplo, um diploma de 1914 onde se procede a uma revisão da legislação laboral pós-escravatura nas colónias refere no seu preâmbulo: «Os Portugueses são com efeito, de todos os colonizadores, os que melhor e mais facilmente traziam ao seu domínio os povos africanos, pois que não temos o preconceito exagerado da separação de raças e somos levados, pelo nosso modo de ser, a tratar o indígena com tolerância e bondade.»¹¹

Esta imagem do colonialismo português como uma exceção ao racismo e exploração que fundaram as outras colonizações foi reforçada pela ditadura sobretudo após a II Grande Guerra Mundial, quando as pressões para a descolonização se faziam sentir. É nesse contexto que se amplifica e promove o caráter excepcional das colónias

¹⁰ Sublinhe-se que 92 % dos Portugueses indicam a história como o principal fator de orgulho nacional (ISSP, Inquérito de 2003). Ver J. Sobral e J. Vala (2010) *Identidade Nacional*. Imprensa de Ciências Sociais. Caps. 2 e 3.

¹¹ Ministério das Colónias, Decreto 951, 14/10/1914.

portuguesas que, diferentemente das dos outros países, seriam sociedades «multirraciais» harmoniosas, e não lugares de opressão e exploração.

A estratégia de propaganda da ditadura inspirou-se em algumas das dimensões-chave da teoria de Gilberto Freyre sobre o colonialismo português, que ficou conhecida como «lusotropicalismo». Segundo esta teoria, a especificidade do colonialismo português decorria da própria história de Portugal, país que teria nascido da miscigenação de lusos, nórdicos, mouros e judeus e estaria enraizado numa espécie de catolicismo «ecuménico», «uma liturgia antes social que religiosa».¹² Essa «matriz genética» dotaria Portugal de uma capacidade para a construção de sociedades multirraciais, dado que os Portugueses eram abertos e flexíveis, adaptavam-se bem aos trópicos e tinham uma especial vocação para promover relações harmoniosas com povos diferentes, pois eram eles próprios resultado da «miscigenação» entre diferentes. A memória sobre a colonização do Brasil segue ainda, no presente, na perceção dos Portugueses, os mesmos passos: idealização do valor e da cordialidade dos colonizadores, apreciação negativa dos escravos e dos índios, uma imagem da colonização mais como «encontro entre povos» do que como «invasão e conquista».¹³

Estas representações sociais sobre a colonização são um produto da memória coletiva, isto é, são representações transmitidas entre gerações sobre acontecimentos que mudaram de forma significativa a história do país, organizadas de forma a comunicar uma identidade nacional positiva e a transmitir um sentimento de autoestima coletiva. A memória coletiva da história assim reconstruída justificou no passado a resistência da ditadura à independência das colónias e as guerras coloniais. No presente, esta mesma memória de cariz lusotropicalista justifica a negação do racismo e da discriminação na sociedade portuguesa.¹⁴ Crê-se que uma sociedade com uma história de tolerância como a descrita pelo lusotropicalismo não poderá, hoje, ser capaz de discriminação racial. Questionar esta representação da história equivale a questionar uma identidade nacional positiva e por essa via a autoestima coletiva. Se o lusotropicalismo apoia a negação da possibilidade de racismo hoje, em Portugal, outros discursos legitimadores conseguem transformar a discriminação em acontecimentos aceitáveis, se não mesmo justos.

Perceção de ameaça, identidade e legitimação

A ideia de que um outro grupo pode constituir uma ameaça para o nosso grupo é um fator desencadeador de emoções, de mecanismos de proteção, de preparação para a ação e de legitimação da ação. A ideia de que as

¹² G. Freyre ([1932] 2001) *Casa Grande e Senzala*. Livros do Brasil.

¹³ J. Vala e A. Saint-Maurice (2005) Representações Sociais sobre o Descobrimento do Brasil. In C. Sá e P. Castro (eds.) *Memórias do Descobrimento do Brasil*. Museu da República Editora.

¹⁴ J. Valentim e A. Heleno (2018) Luso-Tropicalism as a Social Representation in Portuguese Society. *International Journal of Intercultural Relations*, 62, pp. 34 e ss. Ver ainda: V. Alexandre (1999) O Império e a Ideia de Raça. In J. Vala (ed.) *Novos Racismos*, Celta; C. Castelo (1998) *O Modo Português de Estar no Mundo*, Afrontamento.

peças percebidas como sendo de raças ou etnias diferentes constituem uma ameaça está bem patente em inquéritos europeus e nacionais. De uma forma geral, também os imigrantes são percebidos como uma ameaça, o que não deixará de estar ligado à percepção de que na sua maioria são racialmente diferentes. A nível das instituições europeias encontra-se também esta ligação entre imigração e ameaça, que se manifesta na associação recorrente entre imigração e preocupação com a segurança nos países europeus.

Esta percepção de ameaça decorrente de diferenças raciais percebidas tem sido sobretudo identificada no plano da segurança individual, o que decorrerá, por exemplo, da associação entre pessoas negras e criminalidade. O mesmo sentimento de ameaça verifica-se no plano económico, especificamente no que se refere ao emprego, ao consumo de recursos no campo da saúde, dos apoios sociais, etc. Basta lembrar o que é dito por uma parte da opinião pública sobre o «rendimento social de inserção» e sobre outros apoios sociais de que beneficiariam injustamente pessoas negras e ciganas. Todas estas ameaças têm sido contestadas por estudos económicos e sociológicos¹⁵ e demonstrada a sua raiz no racismo e preconceito por parte de diversos estudos, vários deles já citados. A mesma linha de pesquisa, em Portugal e noutros países europeus, tem verificado que o racismo e o preconceito estão na base de comportamentos discriminatórios, agressões ou insultos desumanizantes. Contudo, também se verificou que essas discriminações não são percebidas como fruto do racismo ou do preconceito, mas como um resultado do sentimento de ameaça e, conseqüentemente, como reações de defesa legítimas.

Os grupos racializados podem ser percebidos como fontes de ameaça em domínios como a segurança ou o bem-estar económico, mas também como uma *ameaça à hegemonia e posição hierárquica superior da maioria*. Para ilustrar esta questão, escolhemos apresentar uma pesquisa¹⁶ que comparou as reações dos participantes confrontados com dois tipos de projeções demográficas sobre Portugal. A todos era dito que, no presente, a população «étnica portuguesa» representava 92,6 % da população residente, enquanto a população nascida no estrangeiro era de 7,4 %. Metade dos participantes liam depois um artigo com projeções para 2060, de acordo com as quais a população de «etnia portuguesa» seria apenas 70 % e os imigrantes 30 %. À outra metade dos participantes era apresentado um cenário com reduzidas alterações futuras na composição da população portuguesa (90 % vs. 10 %). Como esperado, os participantes confrontados com um cenário de grande mudança na futura composição da população residente em Portugal mostraram maior sentimento de ameaça à «unidade étnica» nacional, à sua essência primordial, e mais fortes intenções comportamentais anti-imigração. Contudo, estes resultados ocorreram de forma mais expressiva nos participantes que consideravam que os portugueses

¹⁵ Veja-se, por exemplo, A. D'Almeida et al. (2007) *Impacto da Imigração em Portugal nas Contas do Estado*, ACM; J. Peixoto et al. (2011) *Imigrantes e Segurança Social em Portugal*. ISEG.

¹⁶ R. Outten, R. Costa-Lopes et al. (2018) Majority Group Members' Negative Reactions to Future Demographic Shifts Depend on the Perceived Legitimacy of Their Status. *Frontiers in Psychology*, 9, 29 e ss..

nativos devem ter legitimamente direito a um estatuto mais elevado do que os nascidos fora do país. Uma réplica desta experiência realizada nos EUA mostrou resultados idênticos.

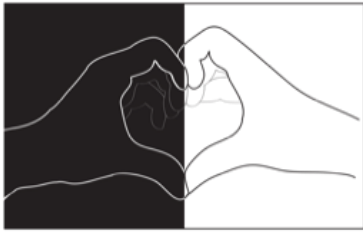
Estes resultados ganham um especial significado devido ao facto de sublinharem que as reações negativas da maioria relativamente a grupos de raça supostamente diferente assentam no direito percebido pela maioria a uma posição mais elevada na hierarquia social. Perceções sobre mudanças na «composição étnica» do país podem suscitar, assim, a crença de que os grupos vistos como subordinados desafiam a superioridade do estatuto da maioria. Este sentimento específico de ameaça pode constituir uma outra fonte de legitimação da discriminação racial. Embora menos saliente do que a ameaça à segurança, à economia ou à posição social, a percepção de que os grupos racializados são uma *ameaça cultural* está também presente. Esta ameaça advém da crença de que a diferença entre a cultura desses grupos e a cultura da maioria é inultrapassável. É este o núcleo duro das crenças que sustentam o racismo cultural e o sentimento de ameaça cultural que se manifesta, por exemplo, na oposição à naturalização e na necessidade da segregação ou mesmo exclusão das minorias, outras tantas formas de proteger a cultura da maioria. De facto, enquanto o racismo biológico se baseia numa dominação que se expressa na opressão e na exploração, o racismo cultural baseia-se numa dominação que impõe segregação ou mesmo exclusão, formas de discriminação e violência que são legitimadas pelo imperativo de defesa da identidade da maioria.

Apresentámos um conjunto de fatores legitimadores da discriminação que podem ajudar a explicar de que modo esta se mantém, apesar de ser percebida como antinormativa. Estes fatores dissociam a discriminação da sua base racial e tornam a discriminação legítima. Refira-se que os processos de legitimação da discriminação se revestem de um particular significado para a autoestima das pessoas que se representam como justas e igualitárias: é para essas pessoas que a evocação de fatores legitimadores é particularmente necessária. A preservação da sua consciência igualitária levá-las-á por isso, muitas vezes, a transformar discriminações efetivas em comportamentos justos e legítimos.¹⁷

Jorge Vala

Investigador Emérito, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade de Lisboa

¹⁷ C. Pereira et al. (2018) The Ego-Defensive Role of Legitimacy. *Personality and Social Psychology Bulletin* 44, pp. 1473 e ss.



CICDR

COMISSÃO PARA A IGUALDADE
E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Equipa do Secretariado da CICDR:

- Alexandrina Graça;
- Diana Fernandes;
- Filipe Marques;
- Inês Farinha;
- Péricles Pina (Coordenação);
- Ricardo Lopes;
- Rute Carvalho;
- Tatiana Figueiredo;
- Vânia Freitas.

10

Na Newsletter de 24 de junho de 2021, que evoca o Dia Nacional das Pessoas Ciganas, queremos refletir sobre as desigualdades e diferenças que atravessam os quotidianos das portuguesas e dos portugueses, em função da sua pertença étnica, e destacar faces e vozes do racismo e da discriminação contra pessoas ciganas, numa dupla perspetiva: da perceção dos contextos e consequências da vitimização e da ação necessária contra a ocorrência deste tipo de situações. Neste sentido, considera-se fundamental o conhecimento do/a leitor/a acerca do trabalho realizado pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR).

Esta entrevista insere-se, assim, nessa informação ao/à leitor/a.

Entrevista ao Coordenador do Secretariado da CICDR

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Qual é a missão da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)?

Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR): A principal função da CICDR é promover a igualdade e a não discriminação aplicando a Lei n.º 93/2017 de 23 de agosto, o

“ A principal função da CICDR é promover a igualdade e a não discriminação aplicando a Lei n.º 93/2017 de 23 de agosto.

regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem.

ObCig: Pode falar-nos, sucintamente, do trabalho que a CICDR tem desenvolvido ao longo da sua existência?

CICDR: A CICDR foi criada em 1999, pela Lei n.º 134/99, de 28 de agosto. Em 2002, passou a integrar a estrutura do então Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), competindo ao Alto-Comissário a coordenação do respetivo funcionamento. Ao longo dos anos a CICDR, recebeu queixas e denúncias de discriminação racial, produziu e promoveu campanhas de sensibilização, ministrou formações sobre a igualdade e a discriminação étnico racial. Desde 2017, com a entrada em vigor da Lei n.º 93/2017 de 23 de agosto a CICDR viu reforçadas as suas competências passando a poder tramitar processos de contraordenação.

“ Desde 2017, com a entrada em vigor da Lei n.º 93/2017 de 23 de agosto a CICDR viu reforçadas as suas competências passando a poder tramitar processos de contraordenação..

ObCig: Durante o ano de 2020, quantas participações/queixas/denúncias de alegadas práticas discriminatórias de base racial e étnica foram recebidas pela CICDR?

CICDR: Em 2020 a CICDR recebeu no total 655 queixas, que correspondem a 405 situações de alegada discriminação reportadas, distinção justificada pelo aumento do número agregado de queixas referentes a uma mesma situação que foram reportadas à CICDR por mais do que um denunciante.

“ Em 2020 a CICDR recebeu no total 655 queixas, que correspondem a 405 situações de alegada discriminação reportadas.

11

ObCig: Qual é o número (e a percentagem face ao total) de participações oriundos da população cigana?

CICDR: Importa desde logo distinguir que a informação recolhida pela CICDR através das queixas que recebe não é relativa à origem étnica dos denunciante/queixosos, mas sim ao fator de discriminação ou característica protegida pela lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, evidenciado em cada queixa e apontado pelas alegadas vítimas ou denunciante como fundamento da discriminação. **Em 2020, para o total de 655 queixas, a expressão “etnia cigana” foi apontada como fundamento na origem da discriminação em 78 queixas (11,9%). Considerando as 405 situações, a expressão “etnia cigana” foi apontada como fundamento na origem da discriminação em 53 situações (13,1%).**

“ Em 2020, para o total de 655 queixas, a expressão “etnia cigana” foi apontada como fundamento na origem da discriminação em 78 queixas (11,9%).

ObCig: Qual é a evolução desse número de participações em relação a anos anteriores?

CICDR: Nos 3 anos anteriores (2017/18/19), a expressão que mais se destacou enquanto fundamento na origem da discriminação foi a pertença à “etnia cigana”. Apesar das queixas que apontavam esta característica terem aumentado em número absoluto de ano para ano, o seu peso relativo diminuiu face ao total de queixas recebidas pela CICDR, considerando que desde 2017 se tem assistido a um aumento progressivo do reporte feito à CICDR, tanto por parte das comunidades ciganas como por parte de outras pessoas e comunidades alegadamente vítimas de discriminação de base racial ou étnica. Em **2017**, num total de **179 queixas**, a expressão “*etnia cigana*” foi apontada como fundamento na origem da discriminação em **58 situações (32,4%)**. Em **2018**, num total de **346 queixas**, a expressão “*etnia cigana*” foi apontada como fundamento na origem da discriminação em **74 situações (21,4%)**. Em **2019**, num total de **436 queixas**, a expressão “*etnia cigana*” foi apontada como fundamento na origem da discriminação em **84 situações (19,3%)**.

Ao comparar o ano de 2020 (**11,9%**) com 2019 (**19,3%**), podemos dizer que, embora os valores continuam a ser elevados, houve uma diminuição da percentagem das queixas, contudo é preciso ter em conta que uma grande parte das práticas discriminatórias contra as comunidades ciganas ocorrem no acesso a bens e serviços, portanto, com a situação epidemiológica causada pelo COVID-19 e os serviços e espaços fechados verificamos uma grande diminuição no número das queixas alegadamente ocorridas no acesso a bens e serviços em 2020, o que acreditamos ter um impacto direto no número das queixas e na tipologia de práticas discriminatórias que afetam as comunidades ciganas.

ObCig: Na sua perspetiva, quais são as razões que justificam o aumento global do número de participações ao longo dos anos?

CICDR: Acredito que a maior consciencialização para a problemática da discriminação racial, bem como o reconhecimento por parte dos/as interessados/as dos mecanismos ao dispor. Os casos mediáticos também impulsionam o reporte de queixas. Contudo, acredito que os números não representarão o universo real da problemática da discriminação racial e étnica no contexto nacional, pois é consabido que nem todas as situações são efetivamente alvo de reporte, quer à Comissão, quer a outras entidades.

“ Nos 3 anos anteriores (2017/18/19), a expressão que mais se destacou enquanto fundamento na origem da discriminação foi a pertença à “etnia cigana”.

“ é preciso ter em conta que uma grande parte das práticas discriminatórias contra as comunidades ciganas ocorrem no acesso a bens e serviços, portanto, com a situação epidemiológica causada pelo COVID-19 e os serviços e espaços fechados verificamos uma grande diminuição no número das queixas.

“ ...acredito que os números não representarão o universo real da problemática da discriminação racial e étnica no contexto nacional.

ObCig: Pode identificar, no caso das participações oriundas de pessoas ciganas, a distribuição por sexo e grupo etário e descrever os principais locais e contextos em que ocorrem as práticas discriminatórias objeto de denúncia?

CICDR: Relativamente à distribuição por sexo, entre 2017 e 2020, verificamos que a grande parte das queixas é apresentada por Homens (61 - 20,7%), seguido pelos grupos misto de homens e mulheres (52 - 17,7%) e só depois surgem as queixas apresentadas por mulheres (41 - 13,9%). Importa ainda referir que na verdadeira maioria das queixas a alegada vítima é as comunidades ciganas (139 - 47,3%) e não pessoas individuais. No que diz respeito aos locais a grande parte dos casos alegadamente ocorreu na media/internet (115 - 39,1%), seguido pelos distritos de Lisboa (59 - 20,1%), Setúbal (27 - 9,2%), Porto; (15 - 5,1%); Beja (13 - 4,4%); Évora (11 - 3,7%); Castelo Branco (9 - 3,1%). Quando nos reportamos ao contexto/área, a grande parte dos casos ocorre no comércio (113 - 38,4%), seguido de situações na Internet/Media Social (61 - 20,7%) e Media tradicional (46 - 15,6%).

“ ... a grande parte dos casos alegadamente ocorreu na media/internet (115 - 39,1%).

“ ... Quando nos reportamos ao contexto/área, a grande parte dos casos ocorre no comércio (113 - 38,4%).

ObCig: Pode-nos falar um pouco sobre o desenvolvimento das participações e da fase em que se convertem em processos de contraordenação?

CICDR: Logo que tenha conhecimento de facto suscetível de ser qualificado como contraordenação, o presidente da CICDR procede à abertura do respetivo processo de contraordenação. Sempre que considere que não existem fundamentos bastantes para dar seguimento à denúncia, a CICDR notifica a pessoa que apresentou a queixa para vir completar a queixa. Tendo todos os elementos legalmente necessários é então aberto o processo de contraordenação e avançamos para a fase da instrução. Durante a fase de instrução o instrutor do processo procura reunir todas as provas possíveis para chegar a verdade material dos factos ou dito por outras palavras a verdade que as provas conseguem revelar. Depois de reunir as provas, ouvir a vítima, o acusado e as testemunhas o instrutor prepara um relatório final que submete a uma comissão permanente dentro da CICDR, constituído por três membros da Comissão, que proferem uma decisão de condenação ou de arquivamento.

“ Nos últimos anos a CICDR procurou investir muito na formação e na sensibilização, dando a conhecer às comunidades ciganas os mecanismos legais existentes sobre a discriminação racial.

ObCig: Com a exceção do processamento das contraordenações previstas na lei, que outro tipo de ações a CICDR tem desenvolvido junto das comunidades ciganas?

CICDR: Nos últimos anos a CICDR procurou investir muito na formação e na sensibilização, dando a conhecer às comunidades ciganas os mecanismos legais existentes sobre a discriminação racial.

ObCig: Na sua opinião, quais são os principais desafios que Portugal enfrenta, na atualidade, ao nível da promoção da igualdade e do combate à discriminação racial e étnica?

CICDR: Existem vários desafios, como a falta de dados, a falta de estudos científicos continuados sobre o tema em concreto, entre outros aspetos, mas acredito que o olhar negacionista da realidade da discriminação racial é um grande inimigo, por vezes quase invisível, que dificulta muito a resolução do problema da discriminação racial. A CICDR atua numa perspetiva preventiva e punitiva, portanto, atua sobre o problema, mas é preciso lidar com as causas do problema. É certo que tamanhas aspirações não se concretizarão se a única resposta for a punição, precisamos de medidas públicas que tenham um impacto profundo na mudança de mentalidades.

ObCig: E os principais desafios da CICDR?

CICDR: O artigo 197.º da Lei de Orçamento de Estado de 2021 estabelece no seu n.º 1 a reorganização da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), portanto, o futuro próximo será o grande desafio da CICDR. O mesmo artigo 197.º do Orçamento de Estado de 2021 prevê também a criação de um Observatório Independente do Discurso de Ódio, Racismo e Xenofobia, portanto, será preciso uma reflexão profunda sobre o papel que se quer atribuir a uma entidade como a CICDR.

ObCig: Muito obrigada pela sua participação.

“ ... acredito que o olhar negacionista da realidade da discriminação racial é um grande inimigo, por vezes quase invisível, que dificulta muito a resolução do problema da discriminação racial.

“ A CICDR [...] atua sobre o problema, mas é preciso lidar com as causas do problema.

“ ... precisamos de medidas públicas que tenham um impacto profunda na mudança de mentalidades.

“ ... a criação de um Observatório Independente do Discurso de Ódio, Racismo e Xenofobia.

Vozes Ciganas sobre racismo e discriminação

Na Newsletter de 24 de junho de 2021, que evoca o Dia Nacional das Pessoas Ciganas, queremos refletir sobre as desigualdades e diferenças que atravessam os quotidianos das portuguesas e dos portugueses, em função da sua pertença étnica, e destacar faces e vozes do racismo e da discriminação contra pessoas ciganas, numa dupla perspetiva: da perceção dos contextos e consequências da vitimização e da ação necessária contra a ocorrência deste tipo de situações. São problematizadas questões como as experiências de racismo e discriminação, a experiência de denúncia e resultados e as políticas de combate ao racismo e discriminação.

Relativamente à metodologia, atendendo à situação da COVID-19, optou-se pela realização de entrevistas, em junho de 2021, através da apresentação do guião numa reunião em formato *online*, do seu envio por *e-mail* e da resposta registada em vídeo pelos/as participantes.

Participantes:

- Vanessa Lopes, Licenciada em Ciências da Comunicação
- Cláudio Garcia, Educador Social
- Guiomar Sousa, Ativista

ENTREVISTAS



16

Vanessa Lopes, Licenciada em Ciências da Educação

[Ver vídeo \(Parte I\)](#)

Vanessa Lopes (VL): Olá, o meu nome é Vanessa Lopes, tenho 26 anos e sou licenciada em Ciências da Comunicação.

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Experiências de racismo e discriminação.

Já experienciou pessoalmente discriminação ou racismo por ser cigano/a? Em que contextos sentiu racismo ou discriminação ou conhece casos desta natureza (exº contexto escolar, laboral, cuidados de saúde, alojamento)?

VL: Respondendo então aqui à questão do foco a nível de racismo, infelizmente ainda existe muito preconceito em relação à comunidade cigana em Portugal. No meu caso, pela minha experiência, na escola sempre foi complicado, porque sabiam que eu era cigana. Então, muitas vezes, na maior

“ ... na escola sempre foi complicado [...] Então, muitas vezes, na maior parte das vezes ficava um pouco de parte pelos colegas, por ser cigana.

parte das vezes ficava um pouco de parte pelos colegas, por ser cigana. Eu não posso dizer que, como muita gente diz que teve amigos de infância, amigos de escola, e que hoje em dia mantém essa amizade, infelizmente não sou dessas pessoas que teve um amigo ou uma amiga que ficou até à idade adulta e, que conheceu na escola, por causa dessa mesma discriminação, porque os miúdos tendem a ser bastante maldosos uns com os outros, então essa foi a fase mais complicada. Mais tarde, lidei também com algumas situações em que, por exemplo, era suposto alugar uma casa, em que, por exemplo, no caso do meu irmão aconteceu-lhe isso, em que ele queria alugar uma casa e quando ele falou para tentar alugar aquela mesma casa o Senhorio disse que já estava alugada, que já não estava disponível. E, entretanto, pedimos a alguém da comunidade, aliás, alguém fora da comunidade para fazer esse exercício, ligar e perguntar, fazer as questões e quando essa pessoa contactou a resposta foi automaticamente sim, a casa ainda estava livre e pode ir visitar. À partida, a partir do momento que veem que a pessoa é cigana existe logo ali uma barreira que é colocada às vezes até inconscientemente. Ou muitas das vezes as pessoas passam por experiências menos boas e automaticamente rotulam, generalizam, por assim dizer, toda a comunidade e quando queremos assim alguma coisa, das duas uma, ou tentamos não parecer ciganos ou então realmente será muito mais difícil de conseguir, seja a nível de alojamento, seja por exemplo a nível profissional, um emprego. Eu tive de mudar a minha forma de vestir, de falar, porque visivelmente, ou seja, a nível de aparência era bastante evidente que eu era cigana e por medo tive de mudar um pouco este tipo de coisas para ser aceite e não saberem que eu era cigana para então conseguir um trabalho. Atualmente eu já não faria isso, isso foi no meu emprego, digo sempre a todas as pessoas que não têm de anular a sua essência, a sua identidade para serem aceites e, as pessoas, neste caso a sociedade maioritária, é que têm de olhar para isso como sendo algo perfeitamente normal. Estas são algumas situações pelas quais já vivi. Também, por exemplo, quando vamos a um estabelecimento tratar de qualquer coisa, seja finanças seja o que for, houve uma que me marcou bastante que foi quando a

“ ... a partir do momento que veem que a pessoa é cigana existe logo ali uma barreira que é colocada às vezes até inconscientemente.

“ ... no caso do meu irmão [...] ele queria alugar uma casa e quando ele falou para tentar alugar aquela mesma casa o Senhorio disse que já estava alugada.

“ ... ou tentamos não parecer ciganos ou então realmente será muito mais difícil de conseguir, seja a nível de alojamento, seja por exemplo a nível profissional, um emprego.

“ ... digo sempre a todas as pessoas que não têm de anular a sua essência, a sua identidade para serem aceites e, as pessoas, neste caso a sociedade maioritária, é que têm de olhar para isso como sendo algo perfeitamente normal.

minha irmã estava grávida, passou à frente porque tem prioridade como qualquer outra pessoa, automaticamente todas as restantes pessoas já estavam a ter uma postura má de dizer “só passa à frente porque é cigana” e, pronto, a dizer coisas não muito agradáveis em relação a isso. Quando na verdade não tinha nada a ver com aquilo de ser cigano ou não. É uma regra que existe e que é para todos quando a mulher está grávida e tem prioridade na fila, portanto, é uma regra geral. Mas lá está, porque viram que era cigana já não encararam como tal. E também foi uma das experiências que quando eu vi marcou-me bastante, que senti mesmo que as pessoas estavam a ser maldosas e discriminatórias, porque lá está, associaram aquele ato a um grupo, por assim dizer.

ObCig: Experiência de denúncia e resultados.

Se respondeu sim na pergunta anterior, denunciou publicamente o/os incidente/s de que foi vítima ou sabe de alguém que denunciou? Na sua opinião, o racismo e a discriminação experienciados são diferentes para homens e mulheres ciganos?

VL: Eu nunca denunciei, nunca tive a necessidade de o fazer, nunca achei que devia fazer até porque sempre tive na minha cabeça que não valia pena, porque não ia dar em nada. Ou seja, fazer queixa de algum ato como este de discriminação, racismo o que for, na verdade, pelo menos em Portugal, não tem qualquer consequência e por isso nunca fui uma pessoa que vai e denuncia estas situações quando acontecem. Então, na minha opinião eu não acho que a discriminação ou racismo seja diferente entre homens e mulheres, vai dar um pouco ao mesmo, aquele ato existe tanto para homem como para mulher, isso é indiferente a nível de género. Apenas há aqui uma questão que todos nós sabemos, vivemos numa sociedade patriarcal e a desigualdade entre géneros já existe, seja ela dentro ou fora da comunidade cigana, portanto, isso nem se coloca em questão. Agora a nível de racismo e discriminação pela etnia e tudo mais, eu acredito que seja igual para ambos os géneros.

“ Eu nunca denunciei, nunca tive a necessidade de o fazer, nunca achei que devia fazer até porque sempre tive na minha cabeça que não valia pena...

“ ... na minha opinião eu não acho que a discriminação ou racismo seja diferente entre homens e mulheres [...] Apenas há aqui uma questão que todos nós sabemos, vivemos numa sociedade patriarcal e a desigualdade entre géneros já existe, seja ela dentro ou fora da comunidade cigana.

ObCig: Políticas de combate ao racismo e discriminação.

Que organismos e medidas conhece de combate ao racismo em Portugal? Qual a sua opinião sobre as medidas de combate ao racismo em Portugal? O que acha que poderia ser feito para combater o racismo e a discriminação que tem por alvo a população cigana?

VL: Eu não conheço assim nenhum plano de anti-racismo. Aliás, houve uma proposta que foi feita pela União Europeia que tinha algumas medidas, aliás algumas medidas contra este tipo de postura, nomeadamente até ao nível de ação social, medidas que foram reforçadas também até a nível nacional para que houvesse mais diversidade também cultural, no entanto, na minha opinião, as medidas que são pensadas, ficam muito pelo papel. Eu acredito que nós conseguimos fazer melhor, como por exemplo criar estratégias, criar medidas, onde promovemos a integração da comunidade cigana no mercado de trabalho, por exemplo, onde promovemos também a educação. Sabemos que “Conhecimento é poder” e isso também é mais um ponto a nosso favor e ao promover este inserir no mercado de trabalho vamos também evitar que haja muito comportamento racista e preconceituoso em relação à comunidade cigana, como, por exemplo, negar um trabalho apenas por ser cigano, pela sua aparência, pela sua forma de falar. Acho que colocando esse tipo de iniciativas faria alguma diferença. Não que fizesse toda a diferença ou que fosse 100% “agora vamos aplicar esta medida e vai mudar tudo e vai deixar de haver preconceito em relação à comunidade cigana”, eu não acho que seja dessa forma, mas pelo menos já é alguma coisa, a inserção no mercado de trabalho onde houvesse vagas específicas para a comunidade cigana.

“...na minha opinião, as medidas que são pensadas, ficam muito pelo papel.

“Conhecimento é poder” e isso também é mais um ponto a nosso favor e ao promover este inserir no mercado de trabalho vamos também evitar que haja muito comportamento racista e preconceituoso em relação à comunidade cigana.

19

ObCig: Gostaria de acrescentar mais alguma coisa que considere importante e que não tenha sido abordada?

VL: Por último eu gostava também de incentivar a todas as pessoas que estiverem a ouvir que não deixem que as coisas sejam normalizadas porque muito do racismo e do preconceito que é vivido no dia-a-dia começam nas coisas básicas e práticas da vida, como por exemplo o nosso português, expressões corriqueiras que já estão tão enraizadas, que as pessoas dizem inconscientemente, supostamente não tem mal nenhum. E as pessoas até podem dizê-lo sem qualquer maldade, mas as coisas só passam a ser normais quando nós passamos a normalizá-las.

“...não deixem que as coisas sejam normalizadas porque muito do racismo e do preconceito que é vivido no dia-a-dia começam nas coisas básicas e práticas da vida, [...] as coisas só passam a ser normais quando nós passamos a normalizá-las.

Então, a partir do momento em que nós vamos travando esse tipo de linguagem, no nosso dia-a-dia, quando vemos alguém a ter esse tipo de expressões, como por exemplo “um olho no burro, outro no cigano”, ah e tal toda a gente ri, é uma expressão, toda a gente utiliza e vai para a brincadeira. Pode não ter mal nenhum, mas no fundo no fundo tem ali uma base preconceituosa e mesmo não tendo mal nenhum, nós podemos abolir esse tipo de expressões da

nossa linguagem e também da educação das próximas gerações. Portanto, uma das coisas também para evitar este tipo de situações é logo começar a cortar na linguagem e dar a conhecer sempre a outra pessoa independentemente da sua etnia, da sua nacionalidade. E é isto, começar pelo pequeno e acredito que isto fará toda a diferença. Obrigada.

ObCig: Muito obrigada pela sua participação!

“ ...“um olho no burro, outro no cigano”, ah e tal toda a gente ri, é uma expressão, [...] nós podemos abolir esse tipo de expressões da nossa linguagem e também da educação das próximas gerações.



Cláudio Garcia, Educador Social

[Ver vídeo \(Parte I\)](#)

21

Cláudio Garcia (CG): Olá, sou o Cláudio Garcia, tenho 36 anos, sou um português cigano e vivo no Algarve, mais precisamente em Olhão.

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Experiências de racismo e discriminação.

Já experienciou pessoalmente discriminação ou racismo por ser cigano/a? Em que contextos sentiu racismo ou discriminação ou conhece casos desta natureza (exº contexto escolar, laboral, cuidados de saúde, alojamento)?

CG: Hoje vamos falar um bocadinho sobre racismo e discriminação. Quando me perguntam se alguma vez senti essas coisas eu digo logo à primeira, logo rapidamente, que foi na escola, foi na escola

e não foi muito através dos meus colegas, foi mesmo através da minha professora. A minha professora na altura, estamos a falar no ensino primário, fazia distinção não só de uma questão de ser cigano, mas uma questão de classes. Então, eu estava numa mesa mais intercultural, por assim dizer, e a mais fixe também e, então, ela fazia

“ ...foi na escola [...]. A minha professora na altura, [...] fazia distinção não só de uma questão de ser cigano, mas uma questão de classes.

muito essa distinção. Lembro-me claramente na minha altura, isto há 30 anos atrás, na minha família tínhamos uma coisa em comum que era os homens tinham cabelo comprido, o meu pai tinha, os meus tios tinham, eu o meu irmão, os meus primos, todos nós tínhamos os cabelos compridos e a professora não aceitava muito isso e condenava. Sobre os meus colegas, ser cigano ou não, eu penso que na minha altura claro que havia racismo, eu é que não notava por assim dizer, ou porque era muito inocente ou era muito distraído, não sei. Os meus colegas chamavam-me cigano e eu ria, sentia-me contente. Era o único cigano que havia na escola primária, por isso não sentia algo negativo. Agora que havia uma distinção da professora de mim em relação aos meus colegas, aí sim eu notei e foi o meu primeiro caso de racismo e discriminação. Ao longo da vida, visto a minha cidade não ser assim tão grande e por o meu pai ser uma pessoa muito conhecida, o meu pai trabalhava, o meu pai tinha um grande grupo de amigos aqui localmente, então, todas as pessoas sabiam que éramos ciganos e éramos bem vistos, e logo aí nunca tive grandes problemas de racismo. Claro que quando as coisas não iam bem de acordo com... se houvesse alguma confusão, alguma troca de opiniões diferentes, aí tentavam chamar-nos ciganos como se fosse algo negativo na parte deles, porque para mim nunca o foi, para tentarem demonstrar o seu desagrado. O meu pai, aí sim, mais do que eu, teve muitos casos de discriminação e de racismo. Começou pela polícia, o meu pai, infelizmente, esteve num acampamento, esteve sempre de um lado para outro, teve sempre a polícia atrás dele. E ele ganhou uma grande aversão à polícia e ele sempre falava que a polícia era uma coisa má, claro que eu fui crescendo e fui vendo que as coisas não eram bem assim, mas também compreendo a parte dos sentimentos que o meu pai tem às pessoas que trabalham, não tanto às pessoas, mas à profissão, por assim dizer. Posso vos dizer que dentro da minha cidade nunca tive problemas de racismo e discriminação, mas fora da minha cidade, aí sim, principalmente, ainda me lembro tão bem de ir com o meu pai e haver restaurantes... a questão do sapo à entrada para não entrar, os estabelecimentos noturnos, os bares, não nos deixarem entrar. Sim, sempre tivemos por vezes algumas dessas questões, mas não era algo assim sistemático.

“ O meu pai, aí sim, mais do que eu, teve muitos casos de discriminação e de racismo.

“ Era o único cigano que havia na escola primária, por isso não sentia algo negativo. Agora que havia uma distinção da professora de mim em relação aos meus colegas, aí sim eu notei e foi o meu primeiro caso de racismo e discriminação.

“ Posso vos dizer que dentro da minha cidade nunca tive problemas de racismo e discriminação, mas fora da minha cidade, [...] a questão do sapo à entrada para não entrar, os estabelecimentos noturnos, os bares, não nos deixarem entrar.

ObCig: Experiência de denúncia e resultados.

Se respondeu sim na pergunta anterior, denunciou publicamente o/os incidente/s de que foi vítima ou sabe de alguém que denunciou?

CG: Se alguma vez fizemos queixa, não, na altura não tinha conhecimento de algum órgão, ou de algum serviço onde pudesse fazer queixa. Felizmente ao longo da minha vida não tive assim tantos problemas, logo não me posso queixar assim tanto. E é verdade que tendo uma cor de pele também mais clara também facilitou um bocadinho a minha vida e, também é claro que visto eu ter estudado e continuado os estudos também facilitou ainda mais a minha vida.

Atualmente, visto que trabalho com as comunidades ciganas e tenho jovens e adultos vejo e reparo que cada vez mais há mais discriminação, mais racismo. Podemos falar, por exemplo, ainda há pouco tempo, houve um dos meus jovens que foi só a um serviço público para saber uma informação detalhada sobre cursos e foi-lhe negada a entrada ou negado o acesso a uma marcação, e aí sim, tive de ajudar o jovem a fazer uma denúncia para a CICDR, uma das valências do ACM. Fizemos também denúncia no próprio serviço. Mas depois já sabem como estas coisas se resolvem. Depois de se fazer as denúncias as pessoas depois dizem que tiveram um mau dia e nós ciganos ou até não ciganos, pronto, compreendemos e “queremos” compreender e acabamos por desistir da denúncia. Por isso sim, cada vez mais assisto, cada vez mais tenho de auxiliar, por vezes sou eu próprio que tenho de ser mediador entre um cigano e um não cigano para alugar uma casa ou para comprar algo, porque ainda há muito... cada vez há mais estereótipos, preconceitos e o dito racismo em relação às comunidades ciganas

ObCig: Políticas de combate ao racismo e discriminação.

Que organismos e medidas conhece de combate ao racismo em Portugal? Qual a sua opinião sobre as medidas de combate ao racismo em Portugal? O que acha que poderia ser feito para combater o racismo e a discriminação que tem por alvo a população cigana?

“ Se alguma vez fizemos queixa, não, na altura não tinha conhecimento de algum órgão, ou de algum serviço onde pudesse fazer queixa.

“ ...é verdade que tendo uma cor de pele também mais clara também facilitou um bocadinho a minha vida e, também é claro que visto eu ter estudado e continuado os estudos também facilitou ainda mais a minha vida.

“ ...um dos meus jovens que foi só a um serviço público para saber uma informação detalhada sobre cursos e foi-lhe negada a entrada ou negada o acesso a uma marcação, e aí sim, tive de ajudar o jovem a fazer uma denúncia para a CICDR.

CG: Que medidas de combate ao racismo... qual a minha opinião sobre essas medidas. Estamos a crescer, é verdade. Este serviço que eu estive a falar era algo que não havia na minha altura, agora ajuda-nos, é sempre mais uma valência, só que novamente peca por sempre questões... tem de ser uma denúncia através de um serviço de *mail* e não podemos continuar a assumir que toda a gente tem esse tipo de serviços. Ainda por cima com as comunidades com quem eu trabalho, são comunidades que moram em acampamentos e então ainda têm mais dificuldade de ter este tipo de acessos, por isso tem de ser um serviço que seja mais fácil de chegar. Sim, haver sítios físicos para as pessoas poderem deslocar-se, dizer o que têm para dizer, o que lhe aconteceu no dia-a-dia ou algo específico, pontual, para aí sim tentarem resolver, porque assim ainda estamos a criar algum entrave para este tipo de denúncias e este tipo de ação.

Continuo a dizer que as escolas é o meio mais fundamental para que haja uma sociedade menos racista. Devemos desde pequenos dar sessões sobre cultura cigana e sobre outras culturas também. Não só os ciganos sofrem racismo, claramente, e este tipo de comportamentos incorretos deve ser nas escolas, deve-se começar. Eu atualmente ainda faço isso, através do meu projeto. Posso vos dizer que as crianças adoram fazer este tipo de atividades. Temos alguns pais que não concordam, claramente, mas isso cada um pensa por si. Eu concordo sim que deve ser nas escolas que temos de trabalhar este mundo intercultural, porque é um mundo mais rico e não há ninguém que possa dizer “eu é que estou inserido numa sociedade e os outros não estão”, porque ao fazermos isso já nós próprios já estamos a dizer que somos superiores aos outros quando não deve ser assim. Temos de lutar todos por sermos iguais que é isso que nós pretendemos.

ObCig: Gostaria de acrescentar mais alguma coisa que considere importante e que não tenha sido abordada?

CG: Isto foi o meu testemunho, espero que tenha dado um bom contributo através do meu testemunho e tenham todos uma boa vida. É isso que eu desejo. Muito obrigado.

ObCig: Muito obrigada pela sua participação!

“ ...tem de ser uma denúncia através de um serviço de mail [...] com as comunidades com quem eu trabalho, são comunidades que moram em acampamentos e então ainda têm mais dificuldade de ter este tipo de acessos, por isso tem de ser um serviço que seja mais fácil de chegar. Sim, haver sítios físicos para as pessoas poderem deslocar-se.

“ Continuo a dizer que as escolas é o meio mais fundamental para que haja uma sociedade menos racista. Devemos desde pequenos dar sessões sobre cultura cigana e sobre outras culturas também.

“ ...deve ser nas escolas que temos de trabalhar este mundo intercultural, porque é um mundo mais rico e não há ninguém que possa dizer “eu é que estou inserido numa sociedade e os outros não estão”...



Guiomar Sousa, Ativista

[Ver vídeo \(Parte II\)](#)

25

Guiomar Sousa (GS): O meu nome é Guiomar, eu sou natural da Figueira da Foz, sou cigana e ativista.

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): Experiências de racismo e discriminação.

Já experienciou pessoalmente discriminação ou racismo por ser cigano/a?

GS: Enquanto cigana... Eu pertencer a uma minoria aqui em Portugal... Eu já passei acho que quase, o quê, 0,01 por cento talvez

não tenha sentido, mas de resto todos já sentimos em algum momento da nossa vida racismo. Alguns de forma severa e outros de forma mais sublimada, que nem os outros e nem nós muitas vezes entendemos que isso são atos racistas.

“ ...0,01 por cento talvez não tenha sentido, mas de resto todos já sentimos em algum momento da nossa vida racismo.

ObCig: Qual a frequência desses incidentes? Em que contextos sentiu racismo ou discriminação ou conhece casos desta natureza (exº contexto escolar, laboral, cuidados de saúde, alojamento)?

GS: Pessoalmente eu tenho alguns que ainda hoje me custa falar deles, porque marcaram-me bastante e mexeram muito comigo, e fizeram-me sentir muito mal. A outra pessoa é que está errada, mas nós é que ficamos machucados. Uma delas foi há cerca de seis anos. Eu aluguei casa. Há muitos anos que eu andava a tentar alugar casa, mas eu não conseguia, porque sempre que se apercebiam que eu era cigana inventavam desculpas e eu nem sequer chegava a celebrar contrato. Mas há cerca de seis anos eu consegui alugar casa... Eu tinha um trabalho fixo, tinha um ordenado, tinha uma folha de vencimento para apresentar. Eu consegui alugar casa. Na altura, quando eu fui visitar a casa, eu fui com as minhas colegas de trabalho. Então nós misturadas nem sequer dava para perceber alguma coisa. Não é? Eu fiz o contrato, celebrei o contrato, paguei os dois meses de entrada, fiz tudo como manda a lei com a senhoria, só que a senhoria, na altura, quando foi para assinar o contrato, ela apercebeu-se que eu era cigana. E então, no outro dia, ela pediu-me o contrato e eu, na minha inocência e na minha ignorância, entreguei-lhe o meu contrato original para que ela pudesse corrigir algumas coisas. A partir daí ela disse que a casa... Primeiro, começou a dizer que a casa tinha algumas infiltrações e que precisava de obras e eu disse que eu esperava, um mês ou dois, que não tinha problema nenhum. E que depois então eu entrava para a casa. Até que ela me disse que não, que não porque ela não me podia alugar a casa porque eu era cigana. Eu, até hoje, eu acho que nunca me vou esquecer destas palavras, ou até eu perder a memória ou até morrer. Ela disse que eu não era digna de habitar com pessoas não ciganas.

“ ... A outra pessoa é que está errada, mas nós é que ficamos machucados. [...]. Há muitos anos que eu andava a tentar alugar casa, mas eu não conseguia, porque sempre que se apercebiam que eu era cigana inventavam desculpas e eu nem sequer chegava a celebrar contrato.

“ Ela disse que eu não era digna de habitar com pessoas não ciganas.

ObCig: Experiência de denúncia e resultados.

Se respondeu sim na pergunta anterior, denunciou publicamente o/os incidente/s de que foi vítima ou sabe de alguém que denunciou? Em caso afirmativo, a quem o fez e qual foi o resultado dessa denúncia?

GS: Na altura aquilo... Fez-me bastante mal esta situação. Eu fiz queixa dela em Tribunal. Só que eu ainda não sabia, era completamente desconhecido para mim que havia entidades competentes que se orientavam somente no racismo e no preconceito, que trabalhavam só nessa área. Eu, na altura, tive uma advogada, mas aquilo enrolou, enrolou, enrolou, e não chegou a ir a Tribunal sequer. Eu depois, na altura, no meu ambiente de trabalho, eu recebi uma visita de um oficial de justiça que me disse que “OK, ou fecha a queixa ou avança”. Só tem um senão. Se

avançar, o dinheiro fica cativo. Eu andava a procurar casa, precisava bastante de alugar casa. Eu fiquei entre a espada e a parede. E então eu não fui em frente, porque eu precisava daquela quantia para continuar a procurar casa e eu acabei por desistir da queixa e a pessoa saiu livre e a rir-se daquela situação. Outra situação. Eu consegui arranjar emprego agora mais recentemente numa área comercial. A pessoa não sabia que eu era cigana. Eu, a nível de emprego, era impecável. Os patrões, na altura, eram super simpáticos, atenciosos, gostavam bastante do meu trabalho. Só que havia um senão. Como era uma área comercial, eu atendia clientela. E a clientela, alguns deles eram ciganos. Então sempre que eles viravam as costas a patroa dizia que os ciganos são isto, que os ciganos são aquilo, que os ciganos são o outro, e eu ficava tipo... O que é que eu vou fazer?! Ela nunca falou para mim, falava para outras pessoas, ela nunca falou diretamente para mim. Eu, ao fim de cinco meses, despedi-me. Eu fiz uma carta de despedimento, como manda a lei, tudo direitinho. E no último dia eu despi a farda, eu despedi-me, agradeci, porque eles eram bastante atenciosos. Mas depois eu disse “eu sou cigana” e depois falei com eles sobre a situação, sobre os comentários. Só que as pessoas estão no seu alto privilégio que não entendem o quanto isso nos magoa. E a pessoa negou. “Não, não, eu não sou racista, porque eu até emprego pessoas brasileiras.” Eu falei, mas foi tipo falar para um saco vazio, porque a pessoa não entendeu. Os privilégios são tantos à sua volta que ela não entende o quanto pode magoar. Se fosse hoje... Não por eu sair, não houve problema, porque... Ainda hoje se eu os vir na rua eu cumprimentá-los e eles cumprimentam-me e tudo OK.

ObCig: Políticas de combate ao racismo e discriminação.

Que organismos e medidas conhece de combate ao racismo em Portugal? Qual a sua opinião sobre as medidas de combate ao racismo em Portugal?

“ Eu fiz queixa dela em Tribunal. Só que eu ainda não sabia, era completamente desconhecido para mim que havia entidades competentes que se orientavam somente no racismo e no preconceito.

“ E a clientela, alguns deles eram ciganos. Então sempre que eles viravam as costas a patroa dizia que os ciganos são isto, que os ciganos são aquilo, que os ciganos são o outro.

“ ...hoje em dia há entidades competentes, como a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação, como o ACM e como as entidades legais que estão aí para nos servir.

GS: Agora é assim... Na altura, quando eu aluguei casa, quando foi este acontecimento, se eu soubesse que havia meios legais mesmo direcionados talvez as coisas não acabassem desta maneira, tivessem outro fim, a história fosse diferente. E hoje em dia há entidades competentes, como a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação, como o ACM e como as entidades legais que estão aí para nos servir. E tanto associações como ativistas e como algumas entidades também têm feito um ótimo trabalho nesse sentido, para nós conhecermos os nossos direitos e os nossos deveres e como é que nós nos podemos defender de tais atos. Sobre a lei que há, sobre o racismo e sobre a discriminação, sobre as minorias... A lei já está feita, ela faz parte do Código Penal, não é?! Há uma alínea sobre o racismo e do que é que isso pode derivar. Então quando nos perguntam o que é que há para fazer, que leis têm de se criar... As leis já estão feitas, já estão construídas, são sólidas só que são só na teoria, porque depois na prática elas não se consumam. E eu conheço muita gente que pensa em fazer queixa, mas depois acabam por desistir, porque sabem que não vai acontecer nada. É um processo lento. Mas isso também não é opção. A opção é insistirmos e persistirmos para que a nossa voz seja ouvida. E isso temos feito, há muita gente que tem feito isso, nesse sentido, como associações e como pessoas individuais. E eu espero sim, que a lei saia da teoria e se comece a praticar.

ObCig: O que acha que poderia ser feito para combater o racismo e a discriminação que tem por alvo a população cigana?

GS: E depois para agravar toda a situação em que nós vivemos tem havido personagens políticas que têm utilizado um discurso populista, um discurso de café, como se costuma dizer. Em que ele achou por direito utilizar as minorias como uma espada contra a injustiça e contra todo o mal que há em Portugal. Não é?! Em que incrimina e é racista e completamente xenófobo... Qualquer pessoa que pertença a uma minoria étnica, desde ciganos a negros e até estrangeiros que estão a viver em Portugal... Algumas queixas já foram feitas, sim, às entidades competentes e algumas queixas já têm sentença. Só que isso não basta. Não é o bastante, porque as pessoas ainda se acham no direito e acham que podem falar e que podem incriminar e que podem ter atitudes racistas. Então, neste sentido, a lei tem que ser mais severa, porque as pessoas têm que entender que é errado e que não podem simplesmente julgar os

“ **As leis já estão feitas, já estão construídas, são sólidas só que são só na teoria, porque depois na prática elas não se consumam.**

“ **A opção é insistirmos e persistirmos para que a nossa voz seja ouvida.**

“ **...as pessoas ainda se acham no direito e acham que podem falar e que podem incriminar e que podem ter atitudes racistas.**

“ **Apenas as leis têm que ser usadas mais na prática e não tanto na teoria. Às vezes tem de se sair um pouco da burocracia, porque há muita burocracia e as pessoas acabam por desistir.**

outros pela sua cor da pele ou simplesmente porque pertencem a alguma minoria. Então, neste sentido, as leis estão aí para serem utilizadas. Apenas as leis têm que ser usadas mais na prática e não tanto na teoria. Às vezes tem de se sair um pouco da burocracia, porque há muita burocracia e as pessoas acabam por desistir. O essencial é mesmo isso, é a prática, passarmos à prática.

Outras medidas, a informação, informar as entidades que mais diretamente trabalham com as minorias, como a educação, a área da política também acho que é muito importante, os meios policiais também e os meios de ação social também é muito importante. Então para as pessoas não chegarem a dizer “Ah, não, mas eu não sabia!”, “Ai isto ofende-te, eu dizer-te que não pareces cigana?” ou por outras situações mais graves. As pessoas precisam de informação e precisam de nos conhecer. E por muito trabalho que se faça a nível de ativismo, a nível de políticas, a nível de entidades competentes e de projetos de Norte a Sul do país, ainda não basta. Ainda há muito por fazer. E temos as medidas políticas, estão aí e são para ser usadas e é urgente, muito urgente passarmos à ação.

“ Ah, mas eu não sabia!”, “Ai isto ofende-te, eu dizer-te que não pareces cigana?” [...]. As pessoas precisam de informação e precisam de nos conhecer.

“ ...é urgente, muito urgente passarmos à ação.

ObCig: Muito obrigada pela sua participação!

I) Destaque



Abertura de Concursos

Com o intuito de dar continuidade à Coleção Olhares o ObCig informa a abertura do período de candidaturas à apresentação de Dissertações de Mestrado, Teses de Doutoramento e Projetos de Investigação (de 1 de maio a 16 de julho). Para mais informações, consultar o Edital em <https://www.obcig.acm.gov.pt/.../edicao-de-dissertacoes>.

30

O ObCig divulga igualmente a 2.ª edição do “Prémio ObCig Pessoa de Mérito” e a 3.ª edição do “Prémio ObCig Empresas Integradoras”. A abertura de candidaturas está prevista de 14 de maio a 30 de junho. Consultar os Regulamentos, respetivamente, em <https://bit.ly/2RNwj90> e <https://bit.ly/3uG44se>.

“Conversas com...”: "Habitação condigna e bons lugares: políticas e contextos"

Organizou-se e realizou-se, em formato online, a terceira sessão do Ciclo ObCig “Conversas com...”, no passado dia 27 de maio de 2021, dedicada ao tema "[Saúde como prevenção da doença: a importância do cuidar de proximidade](#)", tendo contado com a presença de Manuela Estanqueiro, autora do [livro #13 da Coleção Olhares](#) “Expetativas de Famílias de Etnia Cigana Relativas ao Cuidar do Enfermeiro de Família”, de Bruno Oliveira, Mediador em contexto hospitalar, e sido mediada por Fernanda Marreiros. Cerca de 50 pessoas participaram na sessão.

On-line

27
MAIO
2021
10H30
12H30

CONVERSAS com...
Saúde como prevenção da doença:
a importância do cuidar de proximidade



Foto de Capa do Livro: Manuela, Estanqueiro, 2020, Expetativas de Famílias de Etnia Cigana Relativas ao Cuidar do Enfermeiro de Família, Coleção Olhares, nº13, ObCig

O ciclo de “Conversas com...”, organizado pelo Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig), visa debater, aberta e multidisciplinarmente, entre investigadores/as, mediadores, dirigentes associativos e estudantes universitários ciganos, um conjunto de problemáticas de interesse transversal e contemporâneo, tendo por base, nomeadamente, as temáticas estudadas nas publicações da Coleção Olhares. Estas Conversas, realizadas em formato on-line, pretendem constituir-se num espaço de interação e reflexão entre diferentes atores sociais, sustentando e enriquecendo discursos e práticas quotidianas.

Abertura pela Sra. Alta-comissária para as Migrações
Sónia Pereira
Diálogo com
Manuela Estanqueiro, Bruno Oliveira
Mediado por
Fernanda Marreiros

Inscrições até às **17h** de dia **26 de maio**
através do **link** na descrição

Mais informações:
obcig@acm.gov.pt



II) Associativismo

União Romani Portuguesa

Destacam-se as seguintes atividades: A participação na preparação da candidatura do projeto "Um Cerco Educativo-Alternativo" (Projeto de Trabalho Educativo de Rua) ao PIES da Portugal Inovação Social, onde a União Romani figura como potencial parceira da Associação que estará a promover o projeto no caso da candidatura ser aprovada - Associação Tempos Brilhantes (mês de Maio); Reunião com a CM Porto para discutir questões de importância para a Associação (e.g. a existência de uma sede) e para o trabalho com as comunidades ciganas na cidade do Porto (e.g. continuidade do projeto de mediadores municipais e interculturais da CM Porto); Reorganização interna da Associação e preparação para a reativação de atividades estruturadas.

Para mais informações: uniaoromaniportuguesaporto@gmail.com

Associação TECHARI

A associação TECHARI esteve presente nas comemorações em Lisboa da Revolução de 1974 no dia 25 de abril e no dia 1 de Maio, Dia Internacional do Trabalhador.



Para mais informações: associacaotechari2020@hotmail.com

Silaba Dinâmica

A associação Silaba Dinâmica em parceria com a equipa “Mais sucesso escolar”, no dia 8 de abril de 2021, Dia Internacional do Povo Cigano, deu a conhecer a história e cultura cigana a crianças, pessoal docente e não docente das escolas do 1º ciclo do concelho de Elvas. A associação Silaba Dinâmica e a equipa “Mais sucesso escolar” estiveram distribuídas por várias escolas, Santa Luzia, Boa Fé, Terrugem e Alcaçova com um resultado e uma grande adesão.



Ainda no âmbito do Dia Internacional do Povo Cigano, a associação Silaba Dinâmica teve a oportunidade e privilégio de participar com alguns elementos numa campanha a nível nacional para desmistificar e esclarecer a história e cultura do povo cigano com uma linguagem mais dirigida a adultos. Esta campanha foi desenvolvida em parceria com as associações Letras Nómadas, Ribalta Ambição e Associação Cigana de Coimbra e muitas outras associações. Este trabalho tem um sabor especial pela enorme dedicação da Natália Serrana na edição e produção do vídeo. Muito obrigado a todos os que participaram nesta ação para aos poucos irmos melhorando a consciência social. Ver o Documentário audiovisual "Sabiam que"... - Curiosidades sobre o Povo Roma/Cigano no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=yXk_Q0Rtf8A



Para mais informações: silabadinamica@hotmail.com

Costume Colossal

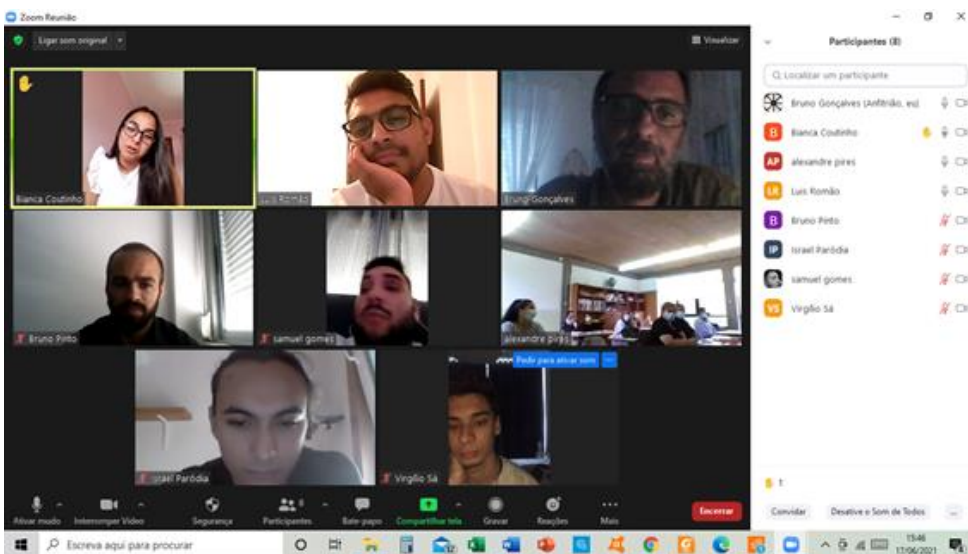
Associação Costume Colossal com o apoio da Equipa Romed dinamizaram uma sessão online sobre História e Cultura Cigana para professores e educadores da Escola da Trafaria - Almada no âmbito do projeto FAPE "Pontes Sem Margens".



Para mais informações: susanasilveira1984@gmail.com

Romed Portugal

No âmbito do programa ROMED, entre várias outras, realizou-se uma sessão online ROMA Models para uma turma do Agrupamento de Escolas de Moura com os estudantes ciganos do ensino superior: Bruno Pinto, Virgílio Sá, Israel Paródia, Sérgio Dias e Diana Trinchete. No âmbito do mesmo programa e em parceria com o Projeto Escolhas Galoartis e Fape de Barcelos dinamizou-se uma sessão ROMA MODELS junto de uma turma de formação profissional com a presença dos alunos do ensino superior ciganos: Bruno Pinto, Samuel Gonçalves, Bianca Coutinho, Israel Paródia e Virgílio Sá Vasconcelos.



No dia 17 de junho, o Coordenador do Programa Romed participou no evento Europe Direct Área Metropolitana do Porto/Paredes onde se falou sobre interculturalidade nas escolas e do povo cigano.



EUROPE DIRECT Área Metropolitana do Porto

O Centro Europe Direct Área Metropolitana do Porto promove no próximo dia **17 de junho** pelas **14:30h** um Webinar dirigido aos/as alunos/as das escolas do concelho de Paredes, dedicado ao tema da interculturalidade.

Atendendo aos novos desafios com que nos deparamos nos dias de hoje pretende-se sensibilizar para a importância da integração das diversas culturas nas nossas escolas.

INTERCULTURALIDADE - ESTAMOS JUNTOS?

Orador:

Bruno Gonçalves
Autor do livro: *A História do Ciganinho Chico*
Coordenador do Programa ROMED



Convidados:

Paulo Fonseca
Sónia Prudêncio
André Sá
(Estudantes Ciganos do Ensino Superior)

Entrar na reunião Zoom
<https://us02web.zoom.us/j/85749433544?pwd=bDAxWDFLaE5SdEkrWHFwSEpESDIXUT09>

ID da reunião: 857 4943 3544
Senha de acesso: 314604

Assista através do nosso facebook: @europedirectamporto

No âmbito do Programa ROMED, em parceria com os Médicos Sem Fronteiras e em articulação com o Projeto Mediadores Municipais Interculturais de Coimbra, dinamizou-se uma Sessão de Esclarecimento sobre o Covid-19 e entrega de kits de prevenção aos moradores do Centro de Estágio Habitacional de Coimbra.



A equipa ROMED esteve em Beja, no Bairro das Pedreiras, na inauguração do contentor da CM de Beja que servirá, entre outras coisas, para apoio à população residente, bem como para a dinamização de atividades no âmbito do Projeto dos Bairros Saudáveis. Houve entrega por parte da Delegação em Portugal dos Médicos sem Fronteiras de mais de 100 kits de prevenção ao Covid-19 à população residente.



Para mais informações: <https://www.facebook.com/romedportugal>

III) Projetos

Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento

Projeto: InterCOOLTuras – Mediadores Municipais e Interculturais (POISE-03-4233-FSE-000036)



A Câmara Municipal de Castelo Branco, como entidade promotora e tendo como entidade parceira a Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento, lançou o projeto de Mediadores Municipais e Interculturais intitulado InterCOOLTuras que tem como objetivo o reforço da integração das populações mais vulneráveis, designadamente comunidades ciganas e comunidades migrantes, bem como o aprofundamento do diálogo intercultural entre as várias comunidades e a sociedade de acolhimento.

Pretende-se com este projeto promover redes e parcerias capazes de criar pontes entre cidadãos e instituições, através da mudança a partir de elementos presentes no território, unindo as diferentes sensibilidades, prevenindo o conflito ou, quando necessário, atuando sobre o mesmo numa atitude mediadora entre as partes.

As atividades promovidas pelo projeto intervêm em diversas áreas, tais como a educação, saúde, cultura, emprego, sendo que divulgamos algumas das ações que já foram realizadas junto da comunidade cigana do município de Castelo Branco.

37

Atividade: Conhecer para Intervir

A atividade "Conhecer para Intervir - As minorias étnicas na sociedade e no contexto global da Intervenção social" tem como objetivo a promoção de ações de sensibilização/informação junto dos agentes sociais locais (técnicos e colaboradores) sobre as especificidades das culturas nómadas minoritárias. Assim, durante o mês de junho, será realizada uma formação online neste âmbito em parceria com o Alto Comissariado para as Migrações.

- "História e Cultura Cigana", tendo como destinatários profissionais de entidades que desenvolvem trabalho com as comunidades ciganas, públicas ou privadas, a decorrer dia 30 de junho, das 14:30 às 17:30 horas.

FORMAÇÃO ACM 

"História e Cultura Cigana"

30 JUNHO 2021

Horário: **14h30-17h30**
 Duração: **3 horas (online)**
 Formador: **Cláudio Garcia**
 Formadora: **Teresa Vieira**

DESTINATÁRIOS/AS

Profissionais de entidades que desenvolvem trabalho com as comunidades ciganas, públicas ou privadas.

OBJETIVO GERAL

Sensibilização, com vista, à desconstrução de estereótipos associados às comunidades ciganas que facilitem a inclusão das mesmas.

PARA INSCRIÇÕES E/OU MAIS INFORMAÇÕES

 272 325 126
 intercoolturas@amatolusitano-ad.pt




Link para inscrição: <https://docs.google.com/.../1FAIpQLScThbwh71XyJb.../viewform>

Local: Castelo Branco, Amato Lusitano -Associação de Desenvolvimento

Para mais informações: 272 325 126 | intercoolturas@amatolusitano-ad.pt

Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento

Projeto: InterCOOLTuras – Mediadores Municipais e Interculturais (POISE-03-4233-FSE-000036)

Atividade: “Romani” – Comunidade Cigana Albicastrense

Esta atividade tem como objetivo reforçar o sentimento de pertença na comunidade e potenciar a coesão social e territorial através da criação de crónicas com particularidades e curiosidades da cultura cigana.

Estas crónicas são publicadas mensalmente, sob o título “A Voz do Cigano”, nos jornais “Gazeta do Interior” e “Reconquista”, tendo sido já abordados diversos temas, tais como:

- A comunidade cigana e o mercado de trabalho
- A música, o canto e as danças ciganas
- A Língua Romani
- A Origem dos Ciganos em Portugal

Reveja as crónicas no seguinte link: <http://www.amatolusitano-ad.pt/media/noticias/>

Local: Castelo Branco, Amato Lusitano -Associação de Desenvolvimento

Para mais informações: 272 325 126 | intercoolturas@amatolusitano-ad.pt

Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento

Projeto: InterCOOLturas – Mediadores Municipais e Interculturais (POISE-03-4233-FSE-000036)

Atividade: “Viver + na comunidade”

Continuamos com as gravações para a conceção de um documentário alusivo ao quotidiano cigano Albicastrense, de forma a dar a conhecer a vida desta comunidade, demonstrando os seus usos e costumes, a sua cultura, as suas dificuldades e as suas potencialidades. Em breve teremos o resultado final.



Local: Castelo Branco, Amato Lusitano -Associação de Desenvolvimento

Facebook: <https://www.facebook.com/amatolusitano>

Para mais informações: 272 325 126 | intercoolturas@amatolusitano-ad.pt

Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento

Projeto: InterCOOLturas – Mediadores Municipais e Interculturais (POISE-03-4233-FSE-000036)

Atividade: “A Saúde veio ao meu Bairro”

Damos por finalizada a atividade “A Saúde veio ao meu Bairro” que teve como objetivo promover cuidados de saúde existentes ao dispor da comunidade e progredir o conceito de saúde, no sentido preventivo. Promovendo o recurso a unidades móveis, de forma a incentivar a inscrição e frequência regular nos centros de saúde. Aprofundar as relações de proximidade entre os serviços de saúde e as comunidades minoritárias, apostando na prevenção e aumentando os ganhos em saúde das comunidades.

Tratou-se de uma iniciativa para a promoção da saúde e prevenção da doença, com a realização de medições de tensão arterial, controlo de níveis de glicemia, bem como a sensibilização da comunidade cigana para áreas como

vacinação, planeamento familiar, higiene oral e nutricionismo, tendo sido também reforçado junto desta comunidade a importância das medidas de higiene e prevenção para o combate à atual pandemia.

Nestas ações, além dos mediadores municipais e interculturais pertencentes a este projeto, contamos com o apoio da equipa de enfermagem da Unidade de Cuidados na Comunidade de Castelo Branco e dos voluntários da Cáritas e Cruz Vermelha Portuguesa, na cedência e montagem de uma tenda de apoio. Esta atividade foi realizada em parceria com o projeto “Nós com os Outros” do programa Escolhas.

Participaram no total desta ação 163 membros da comunidade cigana, pertencentes a 57 famílias e residentes em 5 bairros da cidade de Castelo Branco, entre eles, Bairro Portas do Sol, Bairro Henrique Carvalhão, Bairro de São Tiago, Zona do Castelo e freguesia de Monforte da Beira, pelos quais foram distribuídos kits compostos por produtos de higiene básica, de saúde oral e alimentos saudáveis, nomeadamente fruta.



Local: Castelo Branco, Amato Lusitano -Associação de Desenvolvimento

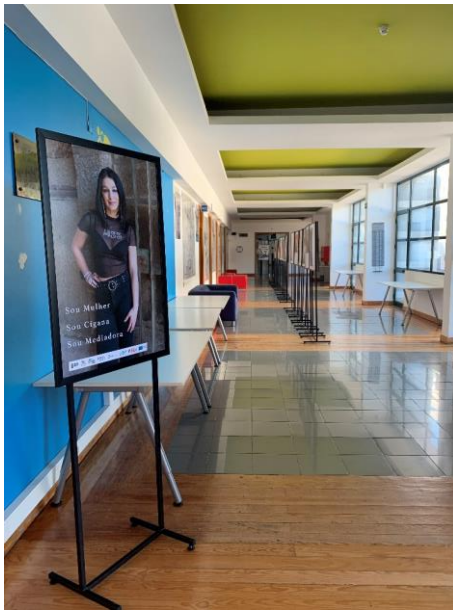
Para mais informações: 272 325 126 | intercoolturas@amatolusitano-ad.pt

Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento

Projeto: InterCOOLTuras – Mediadores Municipais e Interculturais (POISE-03-4233-FSE-000036)

Atividade: Etnia no Feminino

No âmbito do projeto InterCOOLTuras, denominado “Etnia no Feminino”, decorreu entre os dias 10 de maio e 21 de maio de 2021, nas instalações do IPDJ- Instituto Português do Desporto e da Juventude, a exposição fotográfica itinerante intitulada “Sou Mulher, Sou Cigana”, da autoria de José Pio, que pretende retratar as vivências e o dia-a-dia de 30 mulheres de etnia cigana, residentes em Castelo Branco, nos seus mais diversos contextos. Esta exposição pretende comemorar e homenagear a cultura cigana e tem como premissa mobilizar parcerias e sinergias capazes de cimentar pontes entre COOLTuras.



Local: Castelo Branco, Amato Lusitano -Associação de Desenvolvimento
Para mais informações: 272 325 126 | intercoolturas@amatolusitano-ad.pt

Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento

Projeto: InterCOOLTuras – Mediadores Municipais e Interculturais (POISE-03-4233-FSE-000036)

Atividade: Colaboração no preenchimento dos Censos

No passado dia 19 e 21 de abril, a Mediadora Samaritana Marques deslocou-se ao Bairro da Sapateira em Castelo Branco, com o objetivo de apoiar na realização do recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação - CENSOS 2021. Os Censos vão "contar" todos os cidadãos e famílias residentes no território nacional, bem como todos os alojamentos e edifícios destinados à habitação.



Local: Castelo Branco, Amato Lusitano -Associação de Desenvolvimento
Para mais informações: 272 325 126 | intercoolturas@amatolusitano-ad.pt

EAPN- Rede Europeia Anti-Pobreza

Atividade: II Encontro de Partilha "Práticas de Intervenção com Comunidades Ciganas Locais"

O Núcleo Distrital da Guarda da EAPN Portugal está a organizar o II Encontro de Partilha "Práticas de Intervenção com Comunidades Ciganas Locais" a realizar no dia 23 de junho, entre as 9h30 e as 12h00, através da Plataforma Zoom.

O primeiro Encontro realizado em 2020 tinha como objetivo a partilha de práticas de intervenção com as comunidades ciganas durante o contexto de pandemia, tendo resultado num interessante momento de divulgação de experiências. Assim, considerou-se pertinente dar continuidade à divulgação de práticas, projetos, entidades e momentos que têm resultado positivamente para a inclusão das comunidades ciganas, em diferentes pontos do país, que vão muito para além do contexto de pandemia.

II ENCONTRO DE PARTILHA
PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO COM AS COMUNIDADES CIGANAS LOCAIS
PROGRAMA

09h30 | Sessão de Boas-Vindas por Anabela Dinis | Mesa do Conselho Geral do Núcleo Distrital da Guarda da EAPN Portugal

09h45 | Conferência de Abertura "Estratégias de intervenção com as Comunidades Ciganas" | Maria José Vicente | EAPN Portugal

10h15 | Espaço de Partilha com moderação de Elisabete Pires | Projeto "Tu decides" E8G do NDS Guarda Alcina Faneca

Cátia Morgado | Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho

Emanuel Fernandes e Inês Vaz | Câmara Municipal de Torres Vedras

Guiomar Sousa | Ativista/feminista

Prudêncio Canhoto | Associação dos Mediadores Ciganos de Portugal

Rita Saúde | CLDS 4G Seia Contigo

12h00 | Encerramento por Francisco Azul | Alto Comissariado para as Migrações

23 DE JUNHO 2021
09H30
PLATAFORMA ZOOM

EAPN
 F O R M U L A
 R E D E E U R O P E I A A N T I P O B R E Z A
 M E M B R O D E P O R T U G A L

Este Encontro é dirigido a todas as pessoas interessadas no tema e que intervêm com comunidades ciganas locais, terá um formato on-line, com uma primeira conferência de abertura, seguida do momento de partilha entre os convidados e debate com os participantes, para encerrar com um técnico do Alto Comissariado para as Migrações.

Para mais informações: guarda@eapn.pt

Movimento Democrático de Mulheres

PROJETO EMPODERAR: por uma educação contextualizada construída com mulheres ciganas.

Este projecto resulta de uma parceria MDM, entidade proponente, e a Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas (AMUCIP) e tem ainda como parceiros o Centro Qualifica-Escola - Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Amora, a Cátedra da UNESCO Educação, Cidadania e Diversidade Cultural da Universidade Lusófona e a Câmara Municipal de Seixal, através do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC) no concelho do Seixal.

A tipologia de intervenção prevê: ações/iniciativas com vista a promover a igualdade entre mulheres e homens nas medidas de integração de pessoas ciganas; ações/iniciativas com vista a promover o acesso à educação, sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas.

O projeto "Empoderar: por uma educação contextualizada construída com as mulheres ciganas" tem como objetivo geral desenvolver um processo pedagógico de Educação Contextualizada à realidade das mulheres de etnia cigana,

numa perspetiva colaborativa com a comunidade(cigana)-escola, que permita criar e/ou ajustar propostas pedagógicas com vista à progressão escolar e/ou profissional das mulheres desta comunidade, em diálogo com as suas práticas comunitárias.

Trata-se de um projeto piloto, concentrado na articulação entre dois espaços educativos:

o Espaço Comunidade - representado pela AMUCIP, que assume a função pedagógica de desenvolvimento de práticas comunitárias e educativas com o grupo de mulheres ciganas, em conexão com o Espaço Escola representado pelo Centro Qualifica-Escola Secundária de Amora, entidade pública que integra as mulheres desta etnia em programas de Educação e Formação de Adultos; em RVCC escolar (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) e Formação Modular (Linguagem e Comunicação e TIC).

A estratégia para conquistar este objetivo assenta na realização das seguintes ações orientadas para as mulheres ciganas, que são o público alvo do projecto, e que tem como pressupostos o facto de que as atividades sobre a cultura cigana na escola podem contribuir para combater estereótipos e promover o sentimento de pertença ao Espaço Escola, onde diferentes culturas têm a possibilidade de dialogar e estabelecer a intersecção com e para a comunidade.

Em síntese, este projecto conta, na sua componente escolar, com uma mediação intercultural para o acompanhamento do grupo de mulheres ciganas em contexto escolar e apoio às participantes na construção do planeamento individual e cooperativo dos trabalhos e no desenvolvimento de atividades sobre a cultura cigana no contexto escolar.

Na sua componente comunitária, prevê a criação de um espaço de assembleia comunitária envolvendo as mulheres participantes e a realização de um Encontro “por uma

Educação Contextualizada construída com as mulheres ciganas” que visa a partilha pública do processo com os diferentes atores e parceiros e a reflexão orientada para a transformação das realidades.

Este projeto é financiado pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM) através do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Mulheres Ciganas (FAPE 2020-2021) e enquadra-se nos objetivos e medidas da ENICC. São medidas actuantes e atuais que devem permanecer como pano de fundo a alicerçar estes projectos que deveriam ser mais longos no tempo, na era pós-pandémica.

O Empoderar decorre no Seixal de maio de 2020 a julho de 2021, tendo sido sujeito a adaptações várias face às circunstâncias sanitárias geradas pela pandemia e doença COVID 19. Desde logo o encerramento das escolas inviabilizou o acesso dos vários grupos das mulheres às aulas previstas e a impossibilidade de contactos com as mediadoras interculturais. A solução encontrada com teletrabalho ou aulas à distância neste caso não foram totalmente exequíveis. O encerramento dos espaços públicos condicionou as reuniões presenciais de parceria que foram substituídas por reuniões online simplificadas. Igualmente teve de ser anulada a apresentação pública do projecto, onde se previa divulgar objetivos



e alargar o leque comunitário de interesse, que estando anunciado para 5 de Novembro no Fórum Municipal do Seixal, não foi possível concretizar, por orientações governamentais e da DGS.

O MDM assinou o protocolo de cooperação com o ACM para desenvolver esta experiência de colaboração com a Associação de Mulheres Ciganas - a AMUCIP. Tem sido uma nova experiência de articulação que responde ao desafio de um grande combate do nosso tempo, que é o de partilhar e proclamar valores democráticos, de respeito

e construção mútua e colectiva da sociedade plural onde queremos viver. O MDM é uma organização nacional com mais de 50 anos de vida. Como sempre afirmámos, é um Movimento ligado à vida concreta de todas as mulheres, lutadoras por um mundo de igualdade – entre sexos, raças, etnias e género, - e por ele tecemos redes e parcerias progressivas e justas.

Dando sentido à nossa experiência de partilha inovadora, estamos a ultimar as ações pedagógicas do Empoderar, num final de ano escolar atípico, onde uma equipa amiga e solidária se desdobra para executar o plano de ensino-aprendizagem que as mulheres e meninas ciganas se comprometeram. Assim como preparamos um grande Encontro comunitário que queremos concretizar durante o mês de Julho, acabando numa grande Festa coletiva em segurança e respeitando o distanciamento social, porém precursora de alegria e entusiasmo, para construir mais futuro equilibrado e saudável.

O rasto desta parceria, a luminosidade deste encontro de duas organizações de mulheres gémeas – traduz-se em novos projectos, novas formas de enlace. A aprovação da candidatura ao Programa Bairros Saudáveis: Na Quinta da Princesa (Seixal). As mulheres contam, desenhado pelo MDM e AMUCIP, com a adesão de quatro importantes parceiros locais, de âmbito social, ambiental, da saúde e autárquicos, deixam-nos a esperança de que a nossa intervenção MDM e AMUCIP será profícua e se manterá coesa e solidária.

Descrição do projeto por Regina Marques (Direcção Nacional do MDM)

Para mais informações: reginamarques1947@gmail.com

ADILPOM – Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais do Concelho de Pombal

Projeto: 3Is – Intervir, Inovar e Incluir

“3Is – Comemoração do Dia Nacional do Cigano – Vamos ao teatro”

O projeto 3Is – Intervir, Inovar e Incluir tem desenvolvido em parceria com o Teatro Amador de Pombal ao longo dos últimos meses uma peça de teatro intitulada “A vida é uma aprendizagem”, com o lema “*Luta, Enfrenta e Alcançarás*” cuja estreia está prevista para o dia 25 junho no auditório da Biblioteca Municipal, pelas 19 horas.

O guião desta peça de teatro foi pensado e escrito pelos facilitadores da Comunidade Cigana e retrata o dia-a-dia de duas famílias: a família Cármen e a família Lopez. Nesta peça aborda-se a questão do sucesso escolar, de uma forma lúdica e pedagógica e transmite-se que “nunca é tarde demais para alcançar os nossos sonhos e que o estudo é essencial para o nosso viver...”

Comemoração do dia nacional do Cigano

Estreia da peça de teatro - "A vida é uma aprendizagem"
25 junho 2021

19:00h - Auditório Biblioteca Municipal



IV) Eventos e Relatórios Nacionais e Internacionais

Secretaria de Estado para a Integração e as Migrações e Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Seminário "Dia Nacional das Pessoas Ciganas: Intervenções participadas e as novas políticas de habitação", 24 de junho de 2021, das 10h30 às 16h30

"No âmbito da celebração do **Dia Nacional das Pessoas Ciganas**, o Gabinete da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações e o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., em parceria com a Câmara Municipal de Leiria e a InPulsar – Associação para o Desenvolvimento Comunitário, estão a organizar o Seminário "Dia Nacional das Pessoas Ciganas: Intervenções participadas e as novas políticas de habitação". Este evento tem lugar no Teatro Miguel Franco em Leiria e poderá ser assistido presencialmente ou online."



SEMINÁRIO

DIA NACIONAL DAS PESSOAS CIGANAS:
INTERVENÇÕES PARTICIPADAS E AS NOVAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

24 junho 2021
Teatro Miguel Franco LEIRIA

PROGRAMA

<p>10h30 - Sessão de Abertura Presidente da Câmara Municipal de Leiria Gonçalo Lopes Presidente do Politécnico de Leiria Rui Pedrosa Secretária de Estado da Habitação Marina Gonçalves Secretária de Estado para a Integração e as Migrações Cláudia Pereira</p> <p>11h00 - Painel I - Estratégias para a Inclusão Vídeo <i>Um passo em Frente</i> Geração Tecla E7G, Braga Moderador: Paulo Lameiro Sociedade Artística Musical dos Pousos <i>Integração Intercultural</i> Irena Kudurova, Conselho da Europa <i>Balanço do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas</i> Francisco Azul, Alto Comissariado para as Migrações <i>Medidas locais e integração e coesão social</i> Ana Umbelino, Vice-Presidente do Município de Torres Vedras Comentador: Luis Romão, Associação Sílabas Dinâmica</p> <p>Debate</p> <p>12h00 - Painel II - Práticas locais participativas Poema musicado InPulsar, Leiria Moderadora: Elisabete Cruz Jornal de Leiria <i>Programa ROMED</i> Bruno Gonçalves, Associação Letras Nómadas <i>Projeto Giro O Bairro</i> Lisete Cordeiro, InPulsar <i>Mediação familiar e de conflitos na comunidade</i> Nicolas Fernandez, Instituto Português de Mediação Familiar do Funchal Comentador: Natanael Santos, Bolseiro OPRE</p> <p>Debate</p> <p>13h00 - Almoço</p>	<p>14h30 - Painel III – Habitar o território: experiências inspiradoras Vídeo <i>Projeto Daqui Pra Cá</i> InPulsar, Leiria Moderadora Observatório das Comunidades Ciganas Maria José Casa-Nova <i>Experiências locais</i> Diana Rodrigues, Vereadora do Município da Figueira da Foz, e Mediadora Tânia Oliveira Empresa Figueira Domus <i>Experiências locais</i> Alexandre Almeida, Presidente do Município de Paredes <i>Políticas de Habitação e Comunidades Ciganas em Portugal</i> Marta Santos, ISCTE – Dinâmia <i>Trabalhar com os 99%</i> Ana Catarino, Ateliemob Comentador: Ana Faneca, Alto Comissariado para as Migrações, Ex-Bolseira OPRE</p> <p>Debate</p> <p>16h00 - Sessão de Encerramento Assinatura do Protocolo ACM / IHRU Presidente do Conselho Diretivo do ACM: Sónia Pereira Presidentes do Conselho Diretivo do IHRU: Isabel Dias</p> <p>16h30 - Fim dos trabalhos</p> <p style="text-align: center;">Transmissão em direto</p> <p style="text-align: center;"> MUNICIPIOLEIRIA</p>
--	---

TEATRO MIGUEL FRANCO | Rua Dr. Correia Mateus – Mercado Sant'Ana, 2400-127 Leiria | GPS: 39°44'33.53"N | 8°48'27.98"W





Council of Europe

Dosta! Congress Prize, October 2021

“As the Congress Session in March 2020 was cancelled and the following ones held online due to the COVID-19 Pandemic, the three winner projects of the Dosta! Congress Prize for Municipalities will be awarded their prizes during a ceremony to be held in October 2021, during the 41st Plenary Session of the Congress, which will take place at the

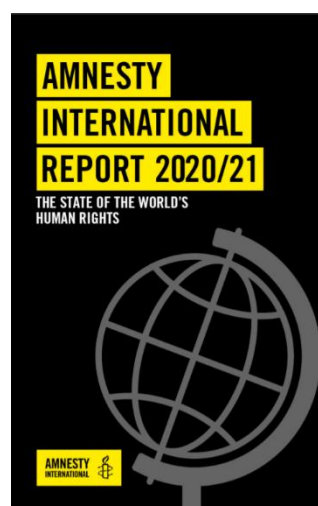
headquarters of the Council of Europe in Strasbourg.

The winner projects are:

- 1st Prize: Municipality of Torres Vedras (Portugal)
Title of project: “Local Plan for Inclusion of the Roma Community (PLICC)”
- 2nd Prize: Municipality of Argostoli (Greece)
Title of project: “Holistic integrated action plan for social inclusion of Roma community in Kefalonia island”
- 3rd Prize: Municipality of Salford (United Kingdom)
Title of project: “Young Roots Heritage Lottery Irish Traveller Wagon Project: Bringing Heritage Alive!”

The Dosta! Congress Prize is awarded biannually to three municipalities from Council of Europe member States that have implemented innovative and creative initiatives to effectively ensure the long-term inclusion of the Roma and Traveller communities within their borders, while respecting the diversity of these communities and ensuring their active participation in democratic life.”

Mais informações em: <http://www.roma-alliance.org/en/page/178-dosta--congress-prize.html>



Amnistia Internacional

Amnesty international report 2020/21. The state of the world's human rights 2020/21

Sinopse: “O Relatório da Amnistia Internacional – ‘The State of the World’s Human Rights 2020/21’ (O estado dos direitos humanos no mundo 2020/21) analisa 149 países, no que se inclui Portugal, e faz uma avaliação abrangente das tendências dos direitos humanos a nível global em 2020.”

Data de publicação: 2021

Publicação e parte referente a Portugal disponíveis para consulta em:

<https://www.amnistia.pt/relatorios-anuais-amnistia/>



Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Direito, estado e sociedade: Uma análise da legislação de combate ao racismo em Portugal

Sinopse: “Os dados resultantes da análise e a nossa abordagem colocam no centro do debate a relação entre Estado, direito e sociedade questionando, assim, os limites e possibilidades das noções de ‘igualdade de tratamento’, de ‘discriminação’ e de ‘ódio racial’ que têm sido mobilizadas na implementação da legislação e as suas consequências para uma compreensão (ou silenciamento) do contexto histórico e da dimensão institucionalizada do racismo em Portugal. Para tal, o projeto analisou os processos de contraordenação (PCO) instaurados pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) – ao abrigo das leis 134/99 e 18/2004 – entre 2006 e 2016, e findos até 20 de fevereiro de 2020, em três áreas específicas: educação, habitação/vizinhança e forças de segurança.”

Data de publicação: junho de 2020

Publicação disponível para consulta em:

https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Combat_Booklet_Caderno_junho_2020.pdf



Comissão Europeia

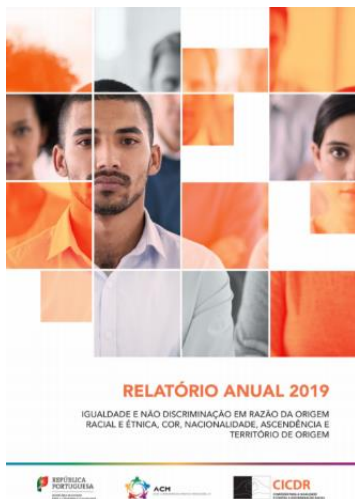
A comparative analysis of non-discrimination law in Europe 2020

Sinopse: “The objective of this report is to compare and contrast anti-discrimination law in the 27 EU Member States, five EU candidate countries (namely Albania, North Macedonia, Montenegro, Serbia and Turkey) and the EEA countries (Iceland, Liechtenstein and Norway), as well as the United Kingdom, based on the country reports written by the European network of legal experts in gender equality and non-discrimination, as updated in respect of 2019. The state of play and the major developments are summarised in this publication. The report presents the general trends in European anti-discrimination policy and points out some of the remaining dilemmas in the application of anti-discrimination legislation. It gives an overview of the main substantive issues in both directives: the grounds of discrimination, the definition of grounds and scope, exceptions to the principle of equal treatment and positive action, access to justice and effective enforcement, and equality bodies.”

Data de publicação: dezembro de 2020

Publicação disponível para consulta em:

<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/5afa29ef-700a-11eb-9ac9-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-214799339>



Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)

Relatório anual 2019. Igualdade e não discriminação em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem

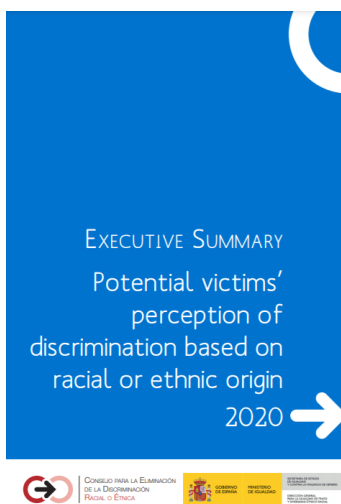
Sinopse: “O presente relatório pretende dar a conhecer os dados estatísticos e administrativos recolhidos em 2019 pela CICDR e pelas entidades que, em Portugal, se debruçam sobre a temática da discriminação étnico-racial, a fim de se obter uma maior e mais rigorosa perspetiva da realidade no que diz respeito ao fenómeno da discriminação e a forma como se manifesta em várias áreas.”

Data de publicação: 2020

Publicação disponível para consulta em:

<https://www.cicdr.pt/documents/57891/0/Relat%C3%B3rio+Anual+2019+-+CICDR/4cce326c-2913-40c1-8104-5280d2a24281>

47



Council for the Elimination of Racial or Ethnic Discrimination

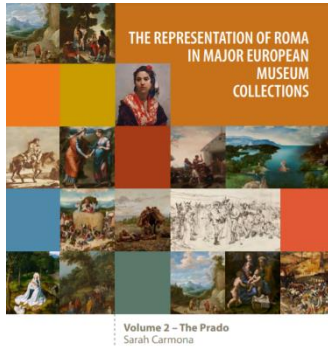
Executive summary: Potential victim's perception of discrimination based on racial or ethnic origin

Sinopse: “The report (...) proposes a longitudinal analysis of the different discrimination and exclusion markers with respect to previous studies. It should be noted that the context of confinement and restrictions due to the Coronavirus / Covid 19 pandemic has forced, on the one hand, to partially modify the methodology of face-to-face surveys of previous reports. And on the other hand, it has revealed an increase in cases of discrimination on housing and other aspects of Living Together, an historical reality that has been studied, the historical fact that social crises aggravate pre-existing problems. This is a situation that reveals the need to closely monitor racism, a changing phenomenon that has a double character, constant and explosive. A total of 1,624 interviews have been carried out in all the Autonomous Communities of the Spanish State. They have been answered by people who are part of the eight population groups present in the previous studies.”

Data de publicação: Dezembro de 2020

Publicação disponível para consulta em:

<https://igualdadynodiscriminacion.igualdad.gob.es/destacados/pdf/05-PERCEPCION DISCRIMINACION RACIAL RESUMEN-EN.pdf>



Council of Europe

The representation of Roma in major european museum Collections. Volume 2 - The Prado

Sinopse: “This book will provide many answers, explaining and at the same time questioning the place given to Roma in the Prado collections. This pedagogical guide is in line with the Council of Europe strategic objective of tackling prejudice and discrimination against Roma and Travellers.¹ In addition to other initiatives – such as the partnership with the European Roma Institute for Arts and Culture (ERAC) and the contribution to Roma Genocide remembrance, and in particular its teaching – this book highlights the perception of Roma among the general public and gives an idea of the complex mechanisms that construct stereotypes underlying discrimination. In addition, it helps the reader to understand the role and contribution of Roma to European history.”



Data de publicação: Julho de 2020

Publicação disponível para consulta em:

<https://rm.coe.int/roms-collections-prado-en/16809f96e0>



European Commission against Racism and Intolerance (ECRI)

ECRI conclusions on the implementation of the recommendations in respect of Portugal subject to interim follow-up

Sinopse: “The European Commission against Racism and Intolerance (ECRI) published today its conclusions on the implementation of its priority recommendations made to (...) Portugal in 2018. (...) ECRI concludes that, despite some welcome steps, the authorities have only partially implemented its recommendation on ensuring that there are no cases of illegal forced evictions and that anyone at risk of being forcibly evicted from their home is afforded the full range of guarantees (i.e. adequate prior notification, appropriate legal protection and a possibility of being rehoused in decent accommodation). The recommendation that all Roma children rigorously attend compulsory schooling up to the age of 18 years has also been implemented only partially. ECRI strongly encourages the Portuguese authorities to continue their efforts in this direction.

These conclusions are based on government responses and information gathered from other sources. They concern only ECRI’s priority recommendations and do not aim at providing a comprehensive analysis of all developments in the fight against racism and intolerance in the countries concerned.”

Data de publicação: 18 de maio de 2021

Publicação disponível para consulta em:

<https://rm.coe.int/ecri-conclusions-on-the-implementation-of-the-recommendations-in-respe/1680a27d88>



European Environmental Bureau e European Roma Grassroots Organisations (ERGO) Network

Pushed to the wastelands. Environmental racism against Roma communities in Central and Eastern Europe

Sinopse: “Unequal exposure to environmental burdens is one of many dimensions of antigypsyism, that is, the racially motivated discrimination and exclusion of persons stigmatised as ‘gypsies’ in public perceptions. This report shows that environmental racism against Roma communities is a structural and widespread problem in the countries researched in the EU and its immediate neighbourhood. Spatial segregation plays a decisive role in enabling environmental racism. It often coincides with less favourable environmental conditions. The majority of Roma communities in Central and Eastern Europe live in segregated settlements on the outskirts of smaller towns, isolated villages, or urban or semiurban ghettos that are regularly deprived of basic environmental necessities and are more prone to environmental hazards. The 32 cases identified and analysed by this report directly

affect around 154,000 people living in Roma communities. Most situations are cases of discrimination regarding water and waste management and access to related infrastructure. In smaller numbers, cases include conflicts around industrial sites, conflicts over land, as well as development projects linked to tourism or environmental protection. Based on the analysis of researched cases, this report defines three widespread situations of environmental racism.”

Data de publicação: 2020

Publicação disponível para consulta em:

<https://mk0eeborgicuyptuf7e.kinstacdn.com/wp-content/uploads/2020/04/Pushed-to-the-Wastelands.pdf>



European Roma Grassroots Organisations (ERGO) Network

The impact of Covid-19 on Roma communities in the European Union and the Western Balkans

Sinopse: “Together with partners from seven EU Member States, five Western Balkan countries and Turkey, ERGO Network has prepared an in-depth study about the devastating impact that the Covid-19 pandemic had and continue to have on Roma and Travellers across Europe. The data collected in this survey confirms that marginalized Roma and Travellers are amongst the most affected and impacted by Covid-19, mainly due to their devastating living conditions and

exclusion, triggered by widespread antigypsyism. As this study suggests, during the pandemic many Roma and Travellers living in poverty found it very hard to protect themselves from getting the virus because of lack of access to water and sanitation. This was even harder for those living in segregated and informal settlements and/or improvised shelters.”

Data de publicação: dezembro de 2020

Recomendação disponível para consulta em:

<https://ergonetwork.org/wp-content/uploads/2021/04/Ergo-covidstudy-final-web-double-v2.pdf>



European Roma Grassroots Organisations (ERGO) Network

The role of social economy in supporting roma social and economic inclusion. A close-up on the Covid-19 pandemic and the recovery strategies

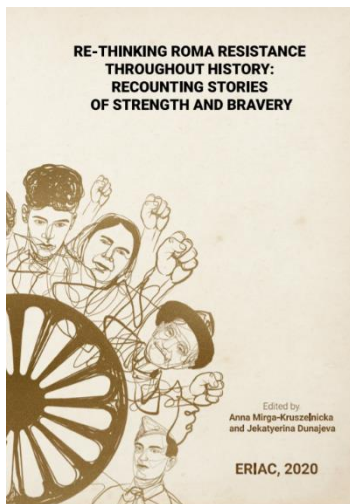
Sinopse: “This paper aims at exploring the positive interplay between the role of social economy in today’s development models and Roma rights and inclusion, particularly in the context of the aftermath of the Covid19 pandemic and the ensuing recovery. It reviews what is needed at national level in order to build strong, sustainable social economy enterprises, which contribute in a positive way to the social and economic inclusion of Europeans of Romani origin across the continent, anchored in actual realities and needs in Roma communities at the grassroots level. It equally provides a number of good practices from different national contexts, in the Annex.”

Data de publicação: julho de 2020

Recomendação disponível para consulta em:

[https://ergonetwork.org/wp-content/uploads/2021/02/2020_Social-Economy-](https://ergonetwork.org/wp-content/uploads/2021/02/2020_Social-Economy-position-paper.pdf)

[position-paper.pdf](https://ergonetwork.org/wp-content/uploads/2021/02/2020_Social-Economy-position-paper.pdf)



European Roma Institute for Arts and Culture (ERCIAC)

Re-thinking Roma resistance throughout History: Recounting stories of strength and bravery

Sinopse: “This book contains unique research from a diverse group of researchers who are engaged in re-telling history from the perspective of Roma. With a focus on Roma agency, chapters uncover various forms of resistance and survival strategies that Roma engaged in throughout history. Authors provide personal stories of collective and individual resistance, signs of defiance, as well as acts of love and humanity in the face of persecution — stories that have never been told before.”

Data de publicação: 16 de junho de 2020

Publicação disponível para consulta em:

<https://eriac.org/re-thinking-roma-resistance-book-roma-resistance/>



European Roma Rights Centre (ERRC)

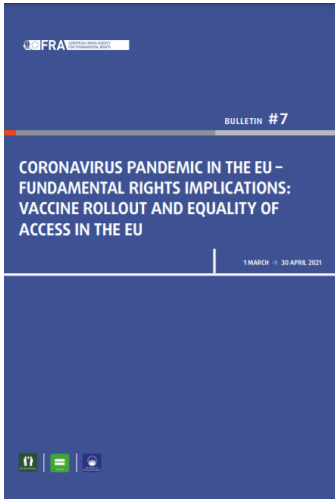
Blighted Lives: Romani children in State Care

Sinopse: “the ERRC has conducted research and published reports and legal action briefs in 10 countries, including EU member states and accession countries. The organisation has also provided legal support to families and, in some instances, taken action against the authorities. This latest round of research, which covers five countries (Bulgaria, the Czech Republic, Moldova, Romania, and Slovakia), aims to provide data and information to allow for more legal interventions to prevent unnecessary removals; to stimulate public debate at both national and European level to push for substantive reforms in order to root out both deliberate and unwitting discriminatory practices; to advocate for increased social support for families in difficulty; and to ensure that children are not removed from their families primarily because of poverty and prejudice.”

Data de publicação: Janeiro de 2021

Publicação disponível para consulta em:

http://www.errc.org/uploads/upload_en/file/5284_file1_blighted-lives-romani-children-in-state-care.pdf



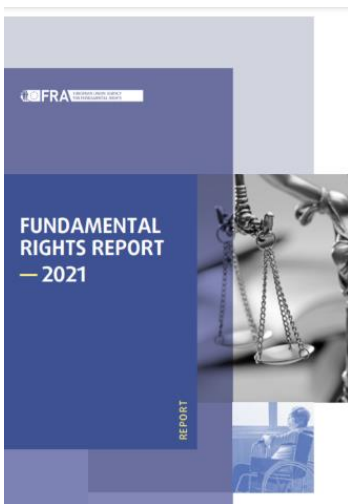
European Union Agency for Fundamental Rights (FRA)
Coronavirus pandemic in the EU – Fundamental rights Implications: Vaccine Rollout and equality of access in the EU - Bulletin 7

Sinopse: “This Coronavirus Bulletin focuses on equitable access to vaccines. It outlines the situation in the 27 EU Member States from 1 March to 30 April 2021. The bulletin looks at two main areas: planning and prioritisation in deploying Covid-19 vaccinations and their rollout in the countries. It covers information and communication campaigns, as well as (pre)registration channels for and the administration of vaccinations. (...) Equitable access to vaccines is crucial because the EU is adopting the EU COVID-19 Certificate. This certificate will be proof that a person has been vaccinated against COVID-19, received a recent negative test or recovered from COVID-19. The certificate aims to facilitate safe free movement inside the EU during the COVID-19 pandemic through the mutual recognition of national certificates.”

Data de publicação: 16 de junho de 2021

Publicação disponível para consulta em:

<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/2b2a97a6-ce4c-11eb-ac72-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-214799538>



European Union Agency for Fundamental Rights (FRA)
Fundamental rights report 2021

Sinopse: “FRA’s Fundamental Rights Report 2021 reviews major developments in the field in 2020, identifying both achievements and areas of concern. It also presents FRA’s opinions on these developments, including a synopsis of the evidence supporting these opinions. This year’s focus chapter explores the impact of the COVID-19 pandemic on fundamental rights. The remaining chapters cover: the EU Charter of Fundamental Rights; equality and non-discrimination; racism, xenophobia and related intolerance; Roma equality and inclusion; asylum, borders and migration; information society, privacy and data protection; rights of the child; access to justice; and the implementation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities.”

Data de publicação: 10 de junho de 2021

Publicação disponível para consulta em:

https://fra.europa.eu/en/publication/2021/fundamental-rights-report-2021?pk_campaign=FRA-Alerts-Newsletter&pk_source=newsletter



European Union Agency for Fundamental Rights (FRA)
Fundamental rights report 2021. FRA opinions

Sinopse: “The year 2020 brought both progress and setbacks in terms of fundamental rights protection. FRA’s Fundamental Rights Report 2021 reviews major developments in the field, identifying both achievements and remaining areas of concern. This publication presents FRA’s opinions on the main developments in the thematic areas covered, and a synopsis of the evidence supporting these opinions. The report provides a compact but informative overview of the main fundamental rights challenges confronting the EU and its Member States.”

Data de publicação: 10 de junho de 2021

Publicação disponível para consulta em:

https://fra.europa.eu/en/publication/2021/fundamental-rights-report-2021-fra-opinions?pk_campaign=FRA-Alerts-Newsletter&pk_source=newsletter



European Union Agency for Fundamental Rights (FRA)

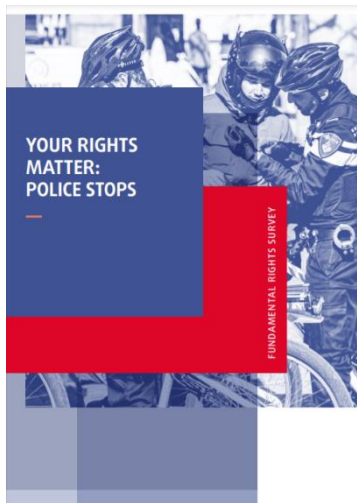
The coronavirus pandemic and fundamental rights: A year in review

Sinopse: “This focus looks at COVID-19’s impact on fundamental rights. It underscores that a human rights-based approach to tackling the pandemic requires balanced measures that are based on law, necessary, temporary and proportional. It also requires addressing the pandemic’s socio-economic impact, protecting the vulnerable and fighting racism. As the COVID-19 pandemic spread across the globe, authorities across the European Union adopted myriad restrictive measures to protect people’s lives and health. These interfered with a wide range of fundamental rights, such as to movement and assembly; to private and family life, including personal data protection; and to education, work and social security. The pandemic and the reactions it triggered exacerbated existing challenges and inequalities in all areas of life, especially affecting vulnerable groups. It also sparked an increase in racist incidents.”

Data de publicação: 10 de junho de 2021

Publicação disponível para consulta em:

https://fra.europa.eu/en/publication/2021/coronavirus-pandemic-focus?pk_campaign=FRA-Alerts-Newsletter&pk_source=newsletter



European Union Agency for Fundamental Rights (FRA)

Your rights matter: Police stops - Fundamental rights survey

Sinopse: “This paper presents statistical survey data for the EU on how often people are stopped by the police, in what kind of situations they are stopped, the action taken by the police during stops, and views on whether or not the police acted respectfully. The statistical data in the report are drawn from FRA’s Fundamental Rights Survey on the general population, and on people with an ethnic minority or immigrant background, including Roma, from FRA’s second European Union Minorities and Discrimination Survey 2016 and its Roma and Travellers Survey 2019. In this report: Experiences of being stopped by the police, Actions taken by the police during stops, Perception of police behaviour during stops, Perception of police treating people generally with respect, Perception of profiling in police stops experienced by immigrants and ethnic minorities.”

Data de publicação: 25 de maio de 2021

Publicação disponível para consulta em:

<https://fra.europa.eu/en/publication/2021/fundamental-rights-survey-police-stops>



European Union Agency for Fundamental Rights (FRA)

Equality in the EU 20 years on from the initial implementation of the equality directives

Sinopse: “This opinion illustrates the extent and nature of lived experiences of inequality and discrimination across the EU. It does so with reference to the grounds of discrimination and areas of life covered by the racial and employment equality directives, as well as in relation to the grounds and areas covered by the proposed Equal Treatment Directive.”

Data de publicação: 30 de abril de 2021

Publicação disponível para consulta em:

https://fra.europa.eu/en/publication/2021/fra-opinion-eu-equality-20-years?pk_campaign=FRA-Alerts-Newsletter&pk_source=newsletter



European Union Agency for Fundamental Rights (FRA)

O que significam os direitos fundamentais para as pessoas na UE? Síntese

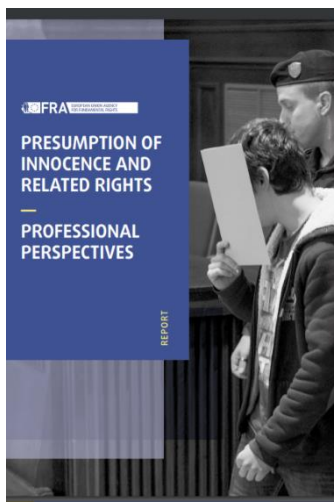
Sinopse: “The EU is founded on the values of democracy, rule of law and respect for human rights. Yet these values, and discussions on fundamental rights at the EU and Member State level, can seem remote in people’s daily lives. With this in mind, FRA explored what people understand, know and experience with respect to their fundamental rights in practice. The resulting data provide comprehensive and comparable evidence on these aspects.”

Data de publicação: 23 de abril de 2021

Publicação (versão portuguesa) disponível para consulta em:

<https://fra.europa.eu/en/publication/2020/what-do-fundamental-rights-mean-people-eu-summary-fundamental-rights-survey>

2 O que as pessoas pensam e sabem sobre os direitos fundamentais
6 O que as pessoas sabem sobre os direitos fundamentais e a sua importância
12 As experiências e opiniões das pessoas sobre os direitos fundamentais



European Union Agency for Fundamental Rights (FRA)

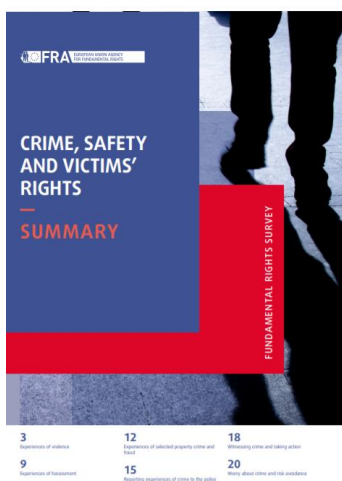
Presumption of innocence and related rights – Professional perspectives

Sinopse: “This report looks at the practical implementation of the presumption of innocence in criminal proceedings, and related rights, in 9 EU Member States (Austria, Belgium, Bulgaria, Cyprus, Germany, Italy, Lithuania, Poland and Portugal). Article 48 of the EU Charter of Fundamental Rights guarantees the presumption of innocence – but, as FRA’s research underscores, it can be undermined in many ways.”

Data de publicação: 31 de março de 2021

Publicação (versão portuguesa) disponível para consulta em:

<https://fra.europa.eu/en/publication/2021/presumption-of-innocence>



European Union Agency for Fundamental Rights (FRA)

Crime, safety and victims’ rights. Fundamental rights survey: summary

Sinopse: “This summary presents the main insights from FRA’s second main report based on its Fundamental Rights Survey. The survey collected data from around 35,000 people about their experiences, perceptions and opinions on a range of issues that are variously encompassed by human rights. FRA’s second report focuses on people’s experiences as victims of selected types of crime, including violence, harassment, and property crime. The report also examines how often these crimes are reported to the police; how concerned people are about experiencing crime; and how willing they would be to intervene, report to the police or, if asked, give evidence in court in certain situations. The results presented offer the first EU-wide crime survey data on the general population’s experiences of crime victimisation that can be used to inform EU and national policy and legislation on crime victims.”

Data de publicação: 12 de março de 2021

Publicação disponível para consulta em:

<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/793fda44-8544-11eb-af5d-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-214799339>



European Federation of National Organisations Working with the Homeless (FEANTSA)

Roma experiences of homelessness in Europe

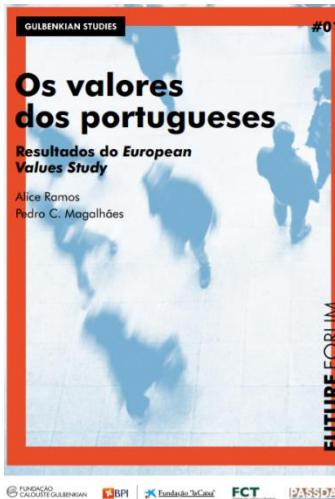
Sinopse: “FEANTSA dedicates their winter 2020 edition of the Homeless in Europe magazine to the Roma individuals and families who experience homelessness or are at risk of homelessness across the EU. Roma people across the EU experience racialized poverty, including housing deprivation, at a much higher level than the non-Roma. Roma are also at a higher risk of becoming homeless and face more barriers in accessing support mechanisms when living in

homelessness. The COVID-19 pandemic has deepened such inequalities. (...) This winter edition of FEANTSA’s Homeless in Europe magazine speaks to these harsh realities and brings forward critical contributions from Roma and pro-Roma organisations, as well as Roma and pro-Roma rights activists and researchers. We aimed to give space to Roma voices in these pages, including Roma academics and activists.

Data de publicação: Dezembro de 2020

Publicação disponível para consulta em:

<https://www.feantsa.org/en/newsletter/2020/12/18/homeless-in-europe-magazine-winter-2020>



Fundação Calouste Gulbenkian

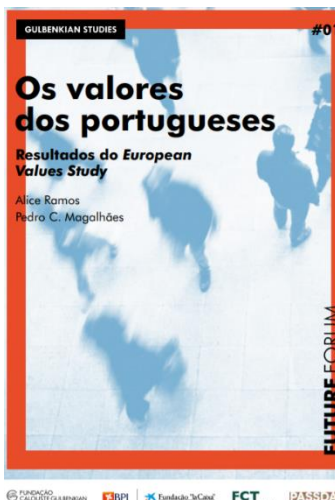
Os valores dos portugueses. Resultados do European Values Study

Sinopse: “Sumário Executivo que apresenta os resultados da 5ª edição do *European Values Study*, um dos mais antigos estudos sobre atitudes e valores levados a cabo na Europa.”

Data de publicação: junho de 2021

Publicação disponível para consulta em:

<https://gulbenkian.pt/publication/os-valores-dos-portugueses/>



Fundação Calouste Gulbenkian

European Values Study. Relatório do Estudo dos Valores Europeus, 2017-2019

Sinopse: “Relatório completo que apresenta os resultados da 5ª edição do *European Values Study*, um dos mais antigos estudos sobre atitudes e valores levados a cabo na Europa.”

Data de publicação: junho de 2021

Publicação disponível para consulta em:

<https://gulbenkian.pt/publication/european-values-study/>



Fundação Calouste Gulbenkian

Ética e arte participativa

Sinopse: “Esta é a primeira edição da série ‘Cadernos Arte e Comunidade’ e destina-se a lembrar a importância e complexidade da ética no trabalho artístico em prol da transformação social, da perspectiva de dois interlocutores com décadas de experiência na área da arte participativa (...). O caderno (...) abre com um ensaio introdutório da autoria de Matarasso, intitulado “Uma Reflexão Preliminar Sobre Arte, Transformação Social e Ética”. Segue-se depois um diálogo entre os dois autores (...). Já o terceiro e último capítulo disponibiliza um guia para a prática dos workshops sobre ética e arte participativa que Arlene Goldberg facilita nos Estados Unidos há vários anos.”

Data de publicação: 2021

Publicação disponível para consulta em:

<https://gulbenkian.pt/publication/etica-e-arte-participativa/>



Minority Rights Group Europe

Countering cyberhate against Roma: A toolkit for civil society organizations and activists

Sinopse: “With far-right groups becoming increasingly prominent and xenophobic discourse on the rise, in recent years there has been a resurgence of hate speech against Roma. Bulgaria, Croatia, Czech Republic, Hungary and Slovakia, countries that have some of the largest Roma communities in Europe, have seen an extensive rise in online hate speech. Counter-narrative campaigns are therefore urgently needed, and the public participation of Roma themselves, in particular through social media platforms, is fundamental. We developed this toolkit to help these efforts and provide practical tips for organizations and activists.”

Data de publicação: 2020

Publicação disponível para consulta em:

<https://minorityrights.org/publications/campaign-toolkit-counter-hate/>



Parlamento Europeu

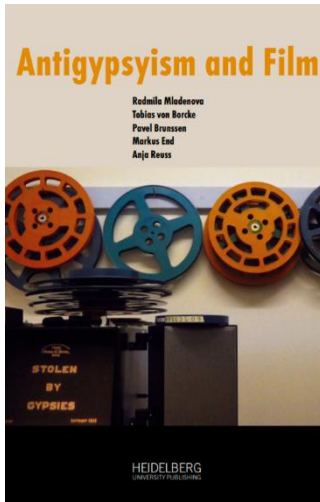
Scaling up Roma inclusion strategies Truth, reconciliation and justice for addressing antigypsyism

Sinopse: “This study, commissioned by the European Parliament’s Policy Department for Citizens’ Rights and Constitutional Affairs at the request of the LIBE Committee, aims to promote a better understanding of the Roma minority and communities’ situation in the EU. The study explores concrete proposals to upscale the post-2020 Roma framework strategy via a Rule of Law, Democracy and Fundamental Rights (DRF) Periodic Review/Mechanism and a Truth and Reconciliation Process at the EU level. It proposes ways to strengthen the role of the European Parliament in ensuring democratic accountability and the right to truth and effective justice for past and current human rights violations.”

Data de publicação: Fevereiro de 2019

Publicação disponível para consulta em:

[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/608859/IPOL_STU\(2019\)608859_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/608859/IPOL_STU(2019)608859_EN.pdf)



Radmila Mladenova, Tobias von Borcke, Pavel Brunssen, Markus End and Anja Reuss (Eds.)

Antigypsyism and film

Sinopse: “Antiziganism is a common phenomenon on the big screen. To examine this issue from various perspectives, acclaimed scholars and junior researchers, filmmakers and human rights activists, both Roma and non-Roma, gathered in Berlin in 2018 and presented their research output, shared personal testimonies and discussed films at the international conference ‘Antigypsyism and Film’. The present bilingual volume is a documentation of the conference proceedings. It contains academic articles and essays as well as interviews with filmmakers grouped in four thematic sections: antigypsyism in film, the question of ethics, strategies of subversion and antigypsyism in comparison to other forms of racism.”

Data de publicação: 2020

Publicação disponível para consulta em: <https://heiup.uni-heidelberg.de/heiup/catalog/book/650>